

*Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.*

## **Demonstrações Financeiras**

**31 dezembro de 2013**

*fevereiro de 2013*  
*Este relatório contém 63 páginas*

*Capital Social 22.375.000 Euro – matricula na CRCL com o número único de matricula e identificação de pessoa coletiva 501 836 926*  
*Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 • 2744-002 PORTO SALVO*

CA  
B  
↓  
Sede  
Junt

## CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
<b>I</b>	<b>Demonstrações financeiras</b>
	Demonstração dos resultados
	Demonstração de rendimento integral
	Balanço
	Demonstração das alterações no capital próprio
	Demonstração de fluxos de caixa
<b>II</b>	<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>
<b>II.1</b>	<b>Políticas contabilísticas</b>
<b>II.2</b>	<b>Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas</b>
<b>II.3</b>	<b>Segmentos operacionais</b>
<b>II.4</b>	<b>Notas à demonstração dos resultados</b>
Nota 1	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro
Nota 2	Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços
Nota 3	Custos com sinistros, líquidos de resseguro
Nota 4	Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas de resseguro
Nota 5	Custos e gastos de exploração líquidos
Nota 6	Rendimentos
Nota 7	Gastos financeiros
Nota 8	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
Nota 9	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
Nota 10	Diferenças de câmbio
Nota 11	Imparidade (líquidas de reversões)
Nota 12	Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro
Nota 13	Custos e gastos por natureza a imputar
<b>II.5</b>	<b>Notas ao balanço</b>
Nota 14	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem
Nota 15	Ativos financeiros detidos para negociação
Nota 16	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
Nota 17	Ativos financeiros disponíveis para venda
Nota 18	Empréstimos e contas a receber
Nota 19	Investimentos a deter até à maturidade
Nota 20	Terrenos e edifícios de rendimento
Nota 21	Outros ativos tangíveis
Nota 22	Ativos intangíveis
Nota 23	Provisões técnicas, líquidas de resseguro

	<b><u>Pág.</u></b>
Nota 24	Benefícios a empregados 34
Nota 25	Outros devedores por operações de seguros e outras operações 37
Nota 26	Impostos correntes e Impostos diferidos 38
Nota 27	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento 40
Nota 28	Outros passivos financeiros 40
Nota 29	Outros credores por operações de seguros e outras operações 40
Nota 30	Acréscimos e diferimentos 41
Nota 31	Outras provisões 41
<b>II.6</b>	<b>Notas à demonstração das alterações no capital próprio</b>
Nota 32	Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas 41
<b>II.7</b>	<b>Outras notas</b>
Nota 33	Transações com partes relacionadas 43
Nota 34	Gestão de riscos 44
Nota 35	Justo valor 56
Nota 36	Passivos contingentes e compromissos 56
Nota 37	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i> 57
Nota 38	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 58
<b>III</b>	<b>Inventário de títulos</b>
<b>IV</b>	<b>Relatório dos auditores</b>

Handwritten signatures and initials: CA, JF, J, 3, J. Ruit, and a large downward arrow.

# I Demonstrações financeiras

## Demonstração dos resultados

	Notas	2013			2012		
		Vida	Não técnica	Total	Vida	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	593 632 031	-	593 632 031	285 479 350	-	285 479 350
Prémios brutos emitidos		619 713 526	-	619 713 526	311 346 141	-	311 346 141
Prémios de resseguro cedido		(26 081 495)	-	(26 081 495)	(25 866 791)	-	(25 866 791)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2	62 982 600	-	62 982 600	48 535 594	-	48 535 594
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3	(835 018 125)	-	(835 018 125)	(692 665 508)	-	(692 665 508)
Montantes pagos		(814 072 616)	-	(814 072 616)	(712 549 480)	-	(712 549 480)
Montantes brutos		(827 700 399)	-	(827 700 399)	(726 801 369)	-	(726 801 369)
Parte dos resseguradores		13 627 783	-	13 627 783	14 251 889	-	14 251 889
Provisão para sinistros (variação)		(20 945 509)	-	(20 945 509)	19 883 972	-	19 883 972
Montantes brutos		(20 602 815)	-	(20 602 815)	20 103 828	-	20 103 828
Parte dos resseguradores		(342 694)	-	(342 694)	(219 856)	-	(219 856)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	268 942 081	-	268 942 081	433 485 820	-	433 485 820
Montante bruto		268 870 488	-	268 870 488	433 565 396	-	433 565 396
Parte dos resseguradores		71 593	-	71 593	(79 576)	-	(79 576)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	(40 289 647)	-	(40 289 647)	(44 874 233)	-	(44 874 233)
Custos e gastos de exploração líquidos	5	(64 881 675)	-	(64 881 675)	(53 764 441)	-	(53 764 441)
Custos de aquisição		(55 874 525)	-	(55 874 525)	(45 833 339)	-	(45 833 339)
Gastos administrativos		(19 189 721)	-	(19 189 721)	(17 571 895)	-	(17 571 895)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		10 182 571	-	10 182 571	9 640 793	-	9 640 793
Rendimentos	6	144 235 102	8 862 067	153 097 169	150 489 232	13 611 698	164 100 930
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		144 235 102	8 862 067	153 097 169	150 489 232	13 611 698	164 100 930
Gastos financeiros	7	(16 962 157)	(294 110)	(17 256 267)	(21 905 914)	(306 605)	(22 212 519)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(16 962 157)	(294 110)	(17 256 267)	(21 220 806)	(306 605)	(21 527 411)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	(685 108)	-	(685 108)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	19 712 055	3 148 725	22 860 780	11 866 170	163 838	12 030 008
De ativos disponíveis para venda		19 714 924	3 147 702	22 862 626	11 866 170	163 838	12 030 008
De investimentos a deter até à maturidade		(2 869)	1 023	(1 846)	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	9	(3 252 841)	1 137 711	(2 115 130)	2 087 615	4 881 777	6 969 392
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		124 275 910	-	124 275 910	313 352 713	-	313 352 713
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(127 528 751)	1 137 711	(126 391 040)	(311 265 098)	4 881 777	(306 383 321)
Diferenças de câmbio	10	75 119	-	75 119	132 441	-	132 441
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	11	(17 308 016)	(1 180 159)	(18 488 175)	(76 801)	(10 135)	(86 936)
De ativos disponíveis para venda		(5 625 901)	-	(5 625 901)	(76 801)	-	(76 801)
De investimentos a deter até à maturidade		(11 682 115)	(139 641)	(11 821 756)	-	-	-
De outros		-	(1 040 518)	(1 040 518)	-	(10 135)	(10 135)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	580 702	-	580 702	1 301 897	-	1 301 897
Outros rendimentos/gastos	12	-	(83 123)	(83 123)	-	1 623	1 623
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>		112 447 229	11 591 111	124 038 340	120 091 222	18 342 196	138 433 418
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	26	-	(36 121 631)	(36 121 631)	-	(19 875 386)	(19 875 386)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	26	-	(1 813 788)	(1 813 788)	-	(24 279 917)	(24 279 917)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		112 447 229	(26 344 308)	86 102 921	120 091 222	(25 813 107)	94 278 115

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

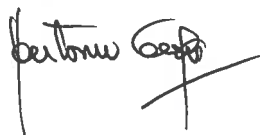
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Balanço

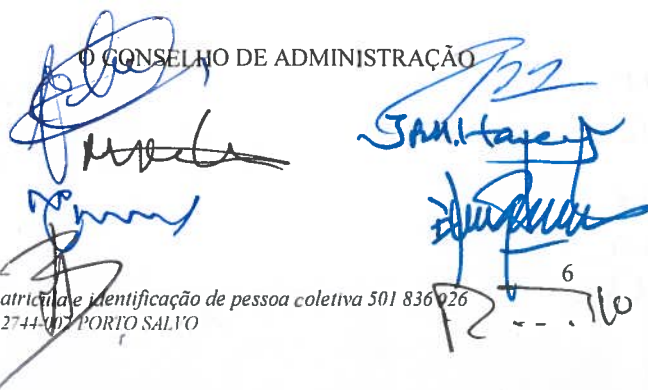
Eur

	Notas	2013	2012	01-01-2012
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	216.013.740	119.551.887	194.513.911
Ativos financeiros detidos para negociação	15	189.374.495	209.580.274	98.527.808
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	5.069.233.899	5.506.155.071	4.635.086.256
Ativos disponíveis para venda	17	4.300.547.773	4.142.772.745	4.338.748.178
Empréstimos e contas a receber	18	432.164.065	473.679.606	752.234.460
Outros depósitos		432.164.065	473.679.606	752.234.460
Investimentos a deter até à maturidade	19	623.044.374	697.845.383	670.543.275
Terrenos e edifícios de rendimento	20	3.428.341	4.656.008	4.879.664
Terrenos e edifícios de rendimento		3.428.341	4.656.008	4.879.664
Outros ativos tangíveis	21	1.233.248	1.229.692	1.137.984
Outros ativos intangíveis	22	5.229.779	5.376.984	4.470.561
Provisões técnicas de resseguro cedido	23	1.320.494	1.591.594	1.891.026
Provisão matemática do ramo vida		841.108	769.515	849.091
Provisão para sinistros		479.386	822.079	1.041.935
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	4.582.012	3.715.146	13.283.290
Contas a receber por operações de seguro direto		3.335.852	2.601.295	2.564.988
Contas a receber por outras operações de resseguro		-	67.402	-
Contas a receber por outras operações		1.246.160	1.046.449	10.718.302
Ativos por impostos	26	8.183.580	17.025.808	130.189.400
Ativos por impostos (e taxas) correntes		1.745.276	-	1.875.476
Ativos por impostos diferidos		6.438.304	17.025.808	128.313.924
Acréscimos e diferimentos		65.748	244.359	-
<b>Total ativo</b>		<b>10.854.421.548</b>	<b>11.183.424.557</b>	<b>10.845.505.813</b>
Provisões técnicas	23	4.324.812.511	4.535.643.988	4.950.300.562
Provisão matemática do ramo vida		4.221.210.800	4.453.507.130	4.844.968.796
Provisão para sinistros		56.503.401	35.899.587	56.089.209
De vida		56.503.401	35.899.587	56.089.209
Provisão para participação nos resultados		47.098.310	46.237.271	49.242.557
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	27	5.616.776.023	5.786.791.790	5.266.382.493
Outros passivos financeiros	28	8.428.131	78.270.890	291.165.326
Passivos subordinados		-	70.000.000	70.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores		8.428.131	8.270.890	8.640.757
Outros		-	-	212.524.569
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24	1.161.372	1.089.579	788.392
Outros credores por operações de seguros e outras operações	29	285.228.095	36.840.942	48.674.983
Contas a pagar por operações de seguro direto		13.132.359	2.695.129	12.705.789
Contas a pagar por outras operações de resseguro		3.815.484	2.004.777	4.765.600
Contas a pagar por outras operações		268.280.252	32.141.036	31.203.594
Passivos por impostos e taxas	26	7.734.778	69.617.821	3.846.036
Passivos por impostos (e taxas) correntes		7.734.778	69.617.821	3.846.036
Acréscimos e diferimentos	30	5.933.107	7.775.027	8.428.959
Outras Provisões	31	4.923.291	1.893.629	1.182.000
<b>Total passivo</b>		<b>10.254.997.308</b>	<b>10.517.923.666</b>	<b>10.570.768.751</b>
Capital		22.375.000	22.375.000	22.375.000
Reservas de reavaliação		(60.012.881)	(145.973.725)	(576.184.229)
Reserva por impostos diferidos e correntes		(13.991.389)	12.762.941	146.010.708
Outras reservas		60.329.259	60.632.328	61.109.351
Resultados transitados		504.621.330	621.426.232	621.426.232
Resultado do exercício		86.102.921	94.278.115	-
<b>Total capital próprio</b>	32	<b>599.424.240</b>	<b>665.500.891</b>	<b>274.737.062</b>
<b>Total passivo e capital próprio</b>		<b>10.854.421.548</b>	<b>11.183.424.557</b>	<b>10.845.505.813</b>
<b>Resultados por ação</b>		<b>19,2</b>	<b>21,0</b>	<b>4,0</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## Demonstração de rendimento integral

	Eur	
	2013	2012
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	88.971.213	430.210.504
Impostos correntes e diferidos	(27.702.596)	(133.247.767)
	<u>61.268.617</u>	<u>296.962.737</u>
Participação nos resultados a atribuir ("shadow"), bruto	(3.010.369)	-
Impostos correntes	948.266	-
	<u>(2.062.103)</u>	<u>-</u>
	<u>59.206.514</u>	<u>296.962.737</u>
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(386.086)	(477.023)
	<u>(386.086)</u>	<u>(477.023)</u>
Total outro rendimento integral	<u>58.820.428</u>	<u>296.485.714</u>
Resultado líquido do exercício	86.102.921	94.278.115
<b>Total de rendimento integral do ano</b>	<u><b>144.923.349</b></u>	<u><b>390.763.829</b></u>



## Demonstração das alterações no capital próprio

	Eur										
	Reservas de reavaliação										
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido	Reserva legal	Reserva estatutária	Prémio de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Balanço a 31 de dezembro 2011	22.375.000	(576.184.229)	146.010.708	(430.173.521)	22.375.000	948.335	35.779.023	4.762.202	603.454.547	17.971.685	277.492.271
Alteração da política contabilística para o reconhecimento de ganhos e perdas atuariais (nota 24)	-	-	-	-	-	-	-	(2.755.209)	-	-	(2.755.209)
Balanço a 1 de janeiro 2012	22.375.000	(576.184.229)	146.010.708	(430.173.521)	22.375.000	948.335	35.779.023	2.006.993	603.454.547	17.971.685	274.737.062
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	17.971.685	(17.971.685)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	430.210.504	(133.247.767)	296.962.737	-	-	-	-	-	-	296.962.737
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94.278.115	94.278.115
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(477.023)	-	-	(477.023)
Balanço a 31 de dezembro 2012	22.375.000	(145.973.725)	12.762.941	(133.210.784)	22.375.000	948.335	35.779.023	1.529.970	621.426.232	94.278.115	665.500.891
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	94.278.115	(94.278.115)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	88.971.213	(27.702.596)	61.268.617	-	-	-	-	-	-	61.268.617
Participação nos resultados a atribuir	-	(3.010.369)	948.266	(2.062.103)	-	-	-	-	-	-	(2.062.103)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(211.000.000)	-	(211.000.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86.102.921	86.102.921
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(303.069)	(83.017)	-	(386.086)
Balanço a 31 de dezembro 2013	22.375.000	(60.012.881)	(13.991.389)	(74.004.270)	22.375.000	948.335	35.779.023	1.226.901	504.621.330	86.102.921	599.424.240

## Demonstração dos fluxos de caixa

	Eur	
	2013	2012
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	86.102.921	94.278.115
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	1.189.261	864.409
Variação nas provisões técnicas	(210.831.477)	(414.656.574)
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	(170.015.767)	520.409.297
Variação de provisões	3.029.662	711.629
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	271.100	299.432
Imparidade de ativos disponíveis para venda	5.625.901	76.801
Imparidade de ativos a deter até à maturidade	11.821.756	-
Imparidade de outros ativos	1.040.518	10.135
Variação nos impostos ativos / passivos	(53.040.815)	178.935.377
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	20.205.779	(111.052.466)
Empréstimos concedidos e contas a receber	41.515.541	278.554.854
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(886.638)	9.558.009
Outros ativos e passivos	(1.977.602)	(1.074.127)
Outros passivos financeiros	(69.842.759)	(212.894.436)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	248.387.153	(11.834.041)
	<b>(87.405.466)</b>	<b>332.186.414</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Variações nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados	436.921.172	(871.068.815)
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(104.194.415)	492.861.370
Variações nos investimentos a deter até à maturidade	62.979.253	(27.302.108)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(838.691)	(1.638.885)
	<b>394.867.319</b>	<b>(407.148.438)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(211.000.000)	-
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>96.461.853</b>	<b>(74.962.024)</b>
Caixa e equivalentes no início do período	119.551.887	194.513.911
<b>Caixa e equivalentes no final do período</b>	<b>216.013.740</b>	<b>119.551.887</b>



## II Notas explicativas às demonstrações financeiras

### II.1 Políticas contabilísticas

#### a) Bases de apresentação

A Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., (“Occidental Vida” ou “Companhia”) é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 30 de abril de 1987. Iniciou a sua atividade em 1 de julho de 1987.

A Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (“Millenniumbcp Ageas”), com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar nº. 4/2007 de 27 de abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

A partir de 1 de janeiro de 2013, a Companhia adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. A principal alteração com impacto na posição financeira da Companhia resultou na extinção do método do corredor. Pela aplicação deste método, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos, que excediam 10% do mais elevado entre o valor actual das responsabilidades ou o justo valor dos activos do fundo, eram reconhecidos em resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada para os empregados no activo. Com a extinção do corredor, os ganhos e perdas actuariais do ano são actualmente reconhecidos em reservas.

De acordo com a IAS 8, esta alteração de política contabilística é apresentada para efeitos comparativos desde 1 de janeiro de 2012. Deste modo, o montante total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para capital (ver notas 24 e 38).

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 26 de fevereiro de 2014.

Em 2013, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a 1 de janeiro de 2013, como referido na nota 38.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) *Contratos de seguro e de investimento*

*Classificação*

A Ocidental Vida emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

*Reconhecimento e mensuração*

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pela Companhia que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

c) *Provisões técnicas*

*Provisão matemática do ramo Vida*

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

*Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

10  
7

#### *Provisão para participação nos resultados atribuída*

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

#### *Provisão para participação nos resultados a atribuir ("Shadow accounting")*

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

#### *Teste de adequação das responsabilidades*

À data do balanço, a Ocidental Vida procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados da Companhia.

#### *d) Ativos financeiros*

##### *Classificação*

A Ocidental Vida classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

- Ativos financeiros detidos até à maturidade - Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados, no momento do seu reconhecimento inicial, para nenhuma outra categoria de activos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.

- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

#### *Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros a deter até à maturidade, (iii) activos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.



Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes activos.

#### *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os activos financeiros a deter até à maturidade e os empréstimos concedidos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, líquidos de eventuais imparidades reconhecidas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Reclassificação entre categorias*

A Companhia apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

Em 2011, a Companhia adoptou esta possibilidade para um grupo de activos financeiros, tal como divulgado na nota 19.

#### *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Nos activos a deter até à maturidade, a perda por imparidade é mensurada pela diferença entre o valor de balanço dos activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período remanescente), descontados à taxa de juro efectiva original, sendo reconhecida em resultados. Para os activos a deter até à maturidade se, num período subsequente, o montante de perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados.

12

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

#### *Instrumentos financeiros derivados*

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("*discounted cash flows*") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Derivados embutidos*

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

#### *e) Passivos financeiros*

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, exceto contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador do seguro os quais são registados ao justo valor.

#### *f) Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *g) Acordos de recompra*

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros ativos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

#### *h) Resseguro*

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Ocidental Vida aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Companhias de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor bruto, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

i) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

j) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.



Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede normalmente os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

*l) Propriedades de investimento*

A Companhia classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento da Companhia encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

*m) Locações*

A Ocidental Vida classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

*Locações operacionais*

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

*Locações financeiras - como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

*n) Caixa e disponibilidades*

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

*o) Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

*p) Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

*q) Dividendos recebidos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

*r) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

*s) Benefícios aos empregados*

*Plano de benefício definido*

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, a Millenniumbcp Ageas aprovou as seguintes decisões: (i) em 1 de outubro de 2012, corte do plano, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011, e; (ii) em 1 de outubro de 2013, liquidação do plano, com a extinção da respectiva responsabilidade.

Os benefícios previstos no plano de pensões base são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT. Os benefícios complementares são atribuídos de acordo com o plano de pensões da Companhia.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 Dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. O cálculo é revisto por actuários independentes qualificados. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (activo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (activo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (activo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efectuadas ou benefícios pagos.

Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno teórico dos activos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos ("ajustamentos de experiência"), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno teórico dos activos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

A partir de 1 de janeiro de 2013, a Companhia adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. A principal alteração com impacto na posição financeira da Companhia resultou na extinção do método do corredor. Pela aplicação deste método, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos, que excediam 10% do mais elevado entre o valor actual das responsabilidades ou o justo valor dos activos do fundo, eram reconhecidos em resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada para os empregados no activo. Com a extinção do corredor, os ganhos e perdas actuariais do ano são actualmente reconhecidos em reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração de política contabilística é apresentada para efeitos comparativos desde 1 de janeiro de 2012. Deste modo, o montante total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para reservas.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

#### *Plano de contribuição definida*

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

#### *Benefícios de saúde*

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

#### *Bónus*

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### *Sistema de incentivos baseado em ações*

À data de 31 de dezembro de 2013, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

t) *Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

u) *Segmentos operacionais*

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Ocidental Vida encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Contratos de seguro vida tradicional
- Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária
- Contratos *unit-linked*

As atividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

v) *Resultados por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

## II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.



Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

#### *Provisões técnicas*

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados, (3) teste de adequação das responsabilidades, (4) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas e (5) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos a justo valor*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e investimentos a deter até à maturidade*

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Companhia como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### *Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### *Imparidade dos ativos de longo prazo*

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

#### *Impostos sobre os lucros*

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou seis no caso de apurados prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.



## II.3 Segmentos operacionais

	2013				2012				Eur
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	
Premios adquiridos líquidos de resseguro	155 877 174	437 754 857	-	593 632 031	146 691 299	138 788 051	-	285 479 350	
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	62 982 600	62 982 600	-	-	48 535 594	48 535 594	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(59 006 479)	(776 011 646)	-	(835 018 125)	(44 842 356)	(647 823 152)	-	(692 665 508)	
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(2 474 690)	271 416 771	-	268 942 081	2 279 053	431 206 767	-	433 485 820	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(5 805 389)	(34 484 258)	-	(40 289 647)	(6 120 356)	(38 753 877)	-	(44 874 233)	
Custos e gastos de exploração líquidos	(18 826 920)	(23 985 957)	(22 068 798)	(64 881 675)	(19 486 136)	(20 520 224)	(13 758 081)	(53 764 441)	
Rendimentos	8 810 317	135 424 785	-	144 235 102	6 979 536	143 509 696	-	150 489 232	
Gastos financeiros	(951 452)	(7 237 661)	(8 773 044)	(16 962 157)	(1 433 610)	(10 523 842)	(9 948 462)	(21 905 914)	
Ganhos líquidos de ativos financeiros	8 405	(772 486)	(9 602)	(773 683)	(348 368)	12 304 590	2 053 203	14 009 425	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	84 700	496 002	-	580 702	163 310	1 138 587	-	1 301 897	
<b>Margem técnica</b>	<b>77.715.666</b>	<b>2.600.407</b>	<b>32.131.156</b>	<b>112.447.229</b>	<b>83.882.372</b>	<b>9.326.596</b>	<b>26.882.254</b>	<b>120.091.222</b>	
Proveito dos investimentos				9 007 129				13 791 950	
Mais/(menos) valias realizadas				2 980 989				4 865 363	
Despesas gerais				(294 110)				(306 605)	
Outros proveitos/(custos) não técnicos				(102 897)				(8 512)	
<b>Resultado não técnico</b>				<b>11.591.111</b>				<b>18.342.196</b>	
<b>Resultado antes de impostos</b>				<b>124.038.340</b>				<b>138.433.418</b>	

## II.4 Notas à demonstração dos resultados

### Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Contratos de seguro	181.958.669	172.558.091
Contratos de investimento com participação		
nos resultados discricionária	437.754.857	138.788.050
<b>Prémios brutos emitidos</b>	<b>619.713.526</b>	<b>311.346.141</b>
Contratos de seguro	(26.081.495)	(25.866.791)
<b>Prémios resseguro cedido</b>	<b>(26.081.495)</b>	<b>(25.866.791)</b>
<b>Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro</b>	<b>593.632.031</b>	<b>285.479.350</b>

Os prémios brutos emitidos incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

	Eur	
	2013	2012
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	149.697.293	91.668.845
Relativos a contratos de grupo	470.016.233	219.677.296
	<b>619.713.526</b>	<b>311.346.141</b>
Periódicos	228.032.059	247.843.241
Não periódicos	391.681.467	63.502.901
	<b>619.713.526</b>	<b>311.346.141</b>
De contratos sem participação nos resultados	166.948.062	134.789.614
De contratos com participação nos resultados	452.765.463	176.556.528
	<b>619.713.526</b>	<b>311.346.141</b>
Resultado resseguro cedido	<b>(2.542.242)</b>	<b>(2.273.541)</b>

### Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 62.983.000 (2012: Euros 48.536.000), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

### Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2013			2012		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
<b>Sinistros pagos</b>						
Montantes brutos	62.162.436	765.094.877	827.257.313	67.473.113	658.639.899	726.113.012
Parte dos resseguradores	(13.627.783)	-	(13.627.783)	(14.251.889)	-	(14.251.889)
	48.534.653	765.094.877	813.629.530	53.221.224	658.639.899	711.861.123
<b>Variação da provisão para sinistros</b>						
Montantes brutos	9.787.929	10.814.886	20.602.815	(9.148.470)	(10.955.358)	(20.103.828)
Parte dos resseguradores	342.694	-	342.694	219.856	-	219.856
	10.130.623	10.814.886	20.945.509	(8.928.614)	(10.955.358)	(19.883.972)
<b>Total antes custos imputados</b>	<b>58.665.276</b>	<b>775.909.763</b>	<b>834.575.039</b>	<b>44.292.610</b>	<b>647.684.541</b>	<b>691.977.151</b>
Custos com Sinistros (imputados)			443.086			688.357
<b>Total</b>			<b>835.018.125</b>			<b>692.665.508</b>

### Nota 4 – Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas resseguro

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2013		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
<b>Variação da provisão matemática, líquida de resseguro</b>			
Variação da provisão matemática	2.546.283	(271.416.771)	(268.870.488)
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(71.593)	-	(71.593)
	2.474.690	(271.416.771)	(268.942.081)
<b>Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro</b>	<b>5.805.389</b>	<b>34.484.258</b>	<b>40.289.647</b>
<b>Total</b>	<b>8.280.079</b>	<b>(236.932.513)</b>	<b>(228.652.434)</b>
	2012		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
<b>Variação da provisão matemática, líquida de resseguro</b>			
Variação da provisão matemática - valor bruto	(2.358.629)	(431.206.767)	(433.565.396)
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	79.576	-	79.576
	(2.279.053)	(431.206.767)	(433.485.820)
<b>Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro</b>	<b>6.120.356</b>	<b>38.753.877</b>	<b>44.874.233</b>
<b>Total</b>	<b>3.841.303</b>	<b>(392.452.890)</b>	<b>(388.611.587)</b>

## Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2013			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição - comissões	20.509.914	15.440.053	17.280.144	53.230.111
Custos de aquisição alocados	1.142.150	1.191.062	311.202	2.644.414
Custos administrativos - comissões	9.937	-	-	9.937
Custos administrativos alocados	7.347.489	7.354.843	4.477.452	19.179.784
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(10.182.571)	-	-	(10.182.571)
<b>Total</b>	<b>18.826.919</b>	<b>23.985.958</b>	<b>22.068.798</b>	<b>64.881.675</b>

	2012			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição - comissões	19.491.308	11.164.219	11.975.447	42.630.974
Custos de aquisição alocados	1.533.116	1.493.766	175.483	3.202.365
Custos administrativos - comissões	9.516	-	-	9.516
Custos administrativos alocados	8.092.989	7.862.239	1.607.151	17.562.379
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(9.640.793)	-	-	(9.640.793)
<b>Total</b>	<b>19.486.136</b>	<b>20.520.224</b>	<b>13.758.081</b>	<b>53.764.441</b>

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui o montante de Euros 51.757.000 (2012: Euros 41.047.000) relacionado com as comissões pagas ao Banco Comercial Português, S.A., de acordo com os termos do contrato de distribuição estabelecido com a Ocidental Vida.

## Nota 6 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	113.210.377	130.488.126
Rendimentos de ativos a deter até à maturidade	29.606.643	30.234.058
Rendimentos de depósitos bancários	10.280.149	3.378.746
<b>Total</b>	<b>153.097.169</b>	<b>164.100.930</b>

## Nota 7 – Gastos financeiros

Os gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem aos custos operacionais imputados à função investimentos, no montante de Euros 17.256.000 (2012: Euros 21.527.000).

Em 2012 os gastos financeiros de juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, no montante de Euros 685.000, correspondiam ao custo dos juros relativos aos contratos de recompra de obrigações (REPO) estabelecidos com o Banco Comercial Português, S.A., que maturaram em março de 2012. Em 2013 não existem acordos de REPO em vigor (ver nota 34).

## Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2013			2012		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	14.421.695	(10.371.573)	4.050.122	6.291.308	(382.814)	5.908.494
Obrigações de outros emissores	20.016.816	(4.341.997)	15.674.819	10.967.123	(5.392.004)	5.575.119
Ações	5.225.722	(2.088.037)	3.137.685	1.817.531	(1.271.136)	546.395
De investimentos disponíveis para venda	39.664.233	(16.801.607)	22.862.626	19.075.962	(7.045.954)	12.030.008
De investimentos a deter até à maturidade	1.229	(3.075)	(1.846)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>39.665.462</b>	<b>(16.804.682)</b>	<b>22.860.780</b>	<b>19.075.962</b>	<b>(7.045.954)</b>	<b>12.030.008</b>

## Nota 9 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2013			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	11.250.131	(15.350.718)	128.376.497	124.275.910
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	735.778.162	(516.859.726)	(345.309.476)	(126.391.040)
<b>Total</b>	<b>747.028.293</b>	<b>(532.210.444)</b>	<b>(216.932.979)</b>	<b>(2.115.130)</b>

	2012			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	4.331.133.248	(4.230.218.463)	212.437.928	313.352.713
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	667.376.447	(36.803.626)	(936.956.142)	(306.383.321)
<b>Total</b>	<b>4.998.509.695</b>	<b>(4.267.022.089)</b>	<b>(724.518.214)</b>	<b>6.969.392</b>

## Nota 10 – Diferenças de câmbio

Os ganhos/(perdas) cambiais no montante de Euros 75.000 (2012: Euros 132.000) dizem respeito a Empréstimos concedidos e contas a receber.

### Nota 11 – Imparidade (líquida de reversões)

A imparidade (líquida de reversões) é analisada como segue:

		<i>Eur</i>
	2013	2012
De ativos financeiros disponíveis para venda	5.625.901	76.801
De ativos a deter até à maturidade	11.821.756	-
De propriedades de investimento	1.020.746	-
De devedores por operações de seguro direto e de resseguro	19.772	10.135
<b>Total imparidade</b>	<b>18.488.175</b>	<b>86.936</b>

As perdas por imparidade relativas aos investimentos a deter até à maturidade dizem respeito a obrigações *corporate*. Estas perdas foram estimadas por referência ao justo valor de 78% a 31 de dezembro de 2013, de acordo com uma opção permitida pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A perda de Euros 11.822.000 inclui o montante de Euros 4.600.000, reclassificado da reserva de justo valor registada na data da reclassificação destes activos da categoria de disponíveis para venda, ainda não amortizada na data do reconhecimento da perda (ver nota 19).

### Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

A rubrica Outros rendimentos técnicos, no montante de Euros 581.000 (2012: Euros 1.302.000), respeita maioritariamente ao proveito decorrente de penalizações por resgates antecipados.

### Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2013	2012
<b>Costos com pessoal</b>		
Remunerações - órgãos sociais	613.019	677.054
Remunerações - pessoal	4.995.107	6.128.550
Encargos sobre remunerações	904.958	917.300
Benefícios pós emprego	375.666	270.965
Seguros obrigatórios	216.941	221.834
Costos de acção social	55.703	37.261
Outros gastos	200.718	74.158
	<b>7.362.112</b>	<b>8.327.122</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>12.332.680</b>	<b>13.458.071</b>
<b>Depreciações de activos tangíveis e imóveis</b>		
Propriedades de investimento	206.921	223.656
Equipamento de transporte e outro equipamento	2.038	1.339
Equipamento informático	52.195	31.968
	<b>261.154</b>	<b>256.963</b>
<b>Amortizações dos activos intangíveis</b>		
Software	928.107	607.447
<b>Outros</b>	<b>18.639.498</b>	<b>20.330.910</b>
<b>Total</b>	<b>39.523.551</b>	<b>42.980.513</b>

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem o montante de Euros 694.000 (2012: Euros 419.000) relativos a Impostos e taxas, o montante de Euros 1.568.000 (2012: Euros 4.497.000) de Juros suportados, o montante de Euros 13.347.000 (2012: Euros 14.704.000) relativos a Comissões e o montante de Euros 3.030.000 relativo a variação de outras provisões (2012: Euros 712.000).



Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	Eur	
	2013	2012
Custos com sinistros	443.086	688.357
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	2.644.414	3.202.365
Custos administrativos	19.179.784	17.562.379
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros vida	16.962.157	21.220.806
Alocados à conta não técnica	294.110	306.605
<b>Total</b>	<b>39.523.551</b>	<b>42.980.512</b>

Em 31 de dezembro de 2013 o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 107 (2012: 101).

## II.5 Notas ao balanço

### Nota 14 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

### Nota 15 – Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2013		2012	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Swaps taxa juro	189.160.751	6.151.786.476	207.373.354	7.149.403.705
Opções	-	-	2.001.735	40.975.000
FRA	213.744	41.500.000	205.185	41.500.000
<b>Total</b>	<b>189.374.495</b>	<b>6.193.286.476</b>	<b>209.580.274</b>	<b>7.231.878.705</b>
Dos quais:				
Nível 1	-	-	-	-
Nível 2	189.374.495	6.193.286.476	209.580.274	7.231.878.705
Nível 3	-	-	-	-
	<b>189.374.495</b>	<b>6.193.286.476</b>	<b>209.580.274</b>	<b>7.231.878.705</b>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 16 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2013			2012		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	763 443 637	18 980 447	782 424 084	212 274 662	50 659 190	262 933 852
Obrigações de outros emissores	3 687 840 020	170 994 155	3 858 834 175	4 432 371 986	570 353 185	5 002 725 171
Ações	399 031 806	28 943 834	427 975 640	213 407 958	27 088 090	240 496 048
<b>Total</b>	<b>4.850.315.463</b>	<b>218.918.436</b>	<b>5.069.233.899</b>	<b>4.858.054.606</b>	<b>648.100.465</b>	<b>5.506.155.071</b>
Dos quais:						
Nível 1			2 055 961 874			1 349 799 903
Nível 2			3 013 272 025			4 156 355 168
Nível 3			-			-
			<b>5.069.233.899</b>			<b>5.506.155.071</b>

Em 31 de dezembro de 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	Eur	
	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	782 424 084	-
Obrigações de outros emissores	845 562 150	3 013 272 025
Ações	427 975 640	-
	<b>2 055 961 874</b>	<b>3 013 272 025</b>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2013				2012				Eur
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Impandade	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Impandade	Total	
Dívida pública	1.651.978.546	2.388.477	-	1.654.367.023	1.406.842.326	(10.142.810)	-	1.396.699.516	
Obrigações de outros emissores	2.249.505.084	31.331.152	(65.214)	2.280.771.022	2.392.545.904	7.235.546	-	2.399.781.450	
Ações	261.649.936	30.770.895	(7.201.658)	285.219.173	268.819.626	12.104.267	(1.640.971)	279.282.922	
Juros a receber	80.190.555	-	-	80.190.555	67.008.857	-	-	67.008.857	
<b>Total</b>	<b>4.243.324.121</b>	<b>64.490.524</b>	<b>(7.266.872)</b>	<b>4.300.547.773</b>	<b>4.135.216.713</b>	<b>9.197.003</b>	<b>(1.640.971)</b>	<b>4.142.772.745</b>	
Dos quais:									
Nível 1				4.270.797.148				3.966.804.691	
Nível 2				29.750.625				175.968.054	
Nível 3				-				-	
				<b>4.300.547.773</b>				<b>4.142.772.745</b>	

Em 31 de dezembro de 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	Eur	
	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	1.680.846.766	-
Obrigações de outros emissores	2.304.835.746	29.646.088
Ações	285.114.636	104.537
	<b>4.270.797.148</b>	<b>29.750.625</b>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

## Nota 19 – Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade correspondem aos activos transferidos em 2011 da categoria de disponíveis para venda, de acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e podem ser analisados como segue:

	31 Dezembro 2013			31 Dezembro 2012			Na data de transferência			
	Custo amortizado	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31 Dez 2013	Custo amortizado	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31 Dez 2012	Valor de Balanço reclassificado de activos disponíveis para venda (a)	Reserva de justo valor	Cash flows futuros (b)	Taxa de juro efetiva (c)
Divida pública	475.043.690	561.459.455	61.206.762	516.562.713	606.745.174	36.382.512	481.346.191	(174.089.431)	893.264.338	10.3%
Obrigações de outros emissores	137.497.605	144.536.890	14.768.316	169.733.017	172.910.062	5.914.872	163.903.867	(23.378.682)	217.372.176	6.2%
<b>Total</b>	<b>612.541.295</b>	<b>705.996.345</b>	<b>75.975.078</b>	<b>686.295.730</b>	<b>779.655.236</b>	<b>42.297.384</b>	<b>645.250.058</b>	<b>(197.468.113)</b>	<b>1.110.636.514</b>	
Juro decorrido	10.503.079			11.549.653						
<b>Total</b>	<b>623.044.374</b>			<b>697.845.383</b>						

(a) Corresponde ao valor de mercado na data da reclassificação e ao valor reclassificado para investimentos detidos até à maturidade

(b) Montantes totais de capitais e juros, não descontados, juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência

(c) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência, a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo

Os ativos a deter até à maturidade são analisados como se segue:

	2013				
	Custo	Reserva reavaliação	Imparidade	Juro decorrido	Total
Divida pública	587.926.358	(112.882.669)	-	9.957.053	485.000.742
Obrigações de outros emissores	157.929.727	(8.610.365)	(11.821.756)	546.026	138.043.632
<b>Total</b>	<b>745.856.085</b>	<b>(121.493.034)</b>	<b>(11.821.756)</b>	<b>10.503.079</b>	<b>623.044.374</b>
	2012				
	Custo	Reserva reavaliação	Imparidade	Juro decorrido	Total
Divida pública	654.269.632	(137.706.919)	-	10.930.963	527.493.676
Obrigações de outros emissores	187.196.827	(17.463.810)	-	618.690	170.351.707
<b>Total</b>	<b>841.466.459</b>	<b>(155.170.729)</b>	<b>-</b>	<b>11.549.653</b>	<b>697.845.383</b>

Se a reclassificação anteriormente mencionada não tivesse ocorrido, os valores adicionais a reconhecer na reserva de reavaliação seriam como segue:

	Eur		
	2013	2012	2011
Reserva de reavaliação	93.455.050	93.359.506	(107.427.692)
Imposto diferido na reserva	(29.438.341)	(27.074.257)	26.856.923
	<b>64.016.709</b>	<b>66.285.249</b>	<b>(80.570.769)</b>

## Nota 20 – Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Valor de Aquisição	11.116.580	11.116.580
Amortizações acumuladas	(2.683.671)	(2.476.750)
Imparidade	(5.004.568)	(3.983.822)
<b>Saldo no final do ano</b>	<b>3.428.341</b>	<b>4.656.008</b>
<b>Justo valor</b>	<b>3.504.800</b>	<b>5.355.000</b>

A vida útil estimada das propriedades de investimento é analisada como segue:

	Vida útil estimada
Edifícios	34 anos
Componentes	10 anos

Em Julho de 2013 foi efetuada uma avaliação independente, no sentido de avaliar o justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento. Em resultado dessa avaliação, foi reconhecida uma perda por imparidade no montante de Euros 1.021.000.

## Nota 21 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Equipamento		
Equipamento informático	341.561	291.800
Equipamento administrativo	150.684	150.684
Outro equipamento	1.419.987	1.411.959
	1.912.232	1.854.443
Amortizações acumuladas	(678.984)	(624.751)
<b>Saldo líquido</b>	<b>1.233.248</b>	<b>1.229.692</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Eur			
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	291.800	150.684	1.411.959	1.854.443
Aquisições	49.761	-	8.028	57.789
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>341.561</b>	<b>150.684</b>	<b>1.419.987</b>	<b>1.912.232</b>
<b>Amortizações</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(149.055)	(150.684)	(325.012)	(624.751)
Amortizações do exercício	(52.195)	-	(2.038)	(54.233)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>(201.250)</b>	<b>(150.684)</b>	<b>(327.050)</b>	<b>(678.984)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro 2012</b>	<b>142.745</b>	<b>-</b>	<b>1.086.947</b>	<b>1.229.692</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro 2013</b>	<b>140.311</b>	<b>-</b>	<b>1.092.937</b>	<b>1.233.248</b>

## Nota 22 – Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur
	Software
<b>Custo de aquisição</b>	
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	7 636 041
Aquisições	780 902
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>8 416 943</b>
<b>Amortização acumulada</b>	
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(2 259 057)
Amortizações do exercício	(928 107)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>(3 187 164)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro 2012</b>	<b>5 376 984</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro 2013</b>	<b>5 229 779</b>

## Nota 23 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur		
	2013		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Provisão matemática	191 329 798	4 029 881 002	4 221 210 800
Provisão para sinistros	37 069 405	19 433 996	56 503 401
Provisão para participação nos resultados	716 300	46 382 010	47 098 310
Atribuída	716 300	43 371 641	44 087 941
A atribuir	-	3 010 369	3 010 369
<b>Total bruto</b>	<b>229.115.503</b>	<b>4.095.697.008</b>	<b>4.324.812.511</b>
Provisão matemática	841 108	-	841 108
Provisão para sinistros	479 386	-	479 386
<b>Total resseguro</b>	<b>1.320.494</b>	<b>-</b>	<b>1.320.494</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>227.795.009</b>	<b>4.095.697.008</b>	<b>4.323.492.017</b>

	Eur		
	2012		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Provisão matemática	188 783 515	4 264 723 615	4 453 507 130
Provisão para sinistros	27 280 476	8 619 111	35 899 587
Provisão para participação nos resultados	775 730	45 461 541	46 237 271
Atribuída	769 262	45 461 541	46 230 803
A atribuir	6 468	-	6 468
<b>Total bruto</b>	<b>216.839.721</b>	<b>4.318.804.267</b>	<b>4.535.643.988</b>
Provisão matemática	769 515	-	769 515
Provisão para sinistros	822 079	-	822 079
<b>Total resseguro</b>	<b>1.591.594</b>	<b>-</b>	<b>1.591.594</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>215.248.127</b>	<b>4.318.804.267</b>	<b>4.534.052.394</b>

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, estão classificados como contratos de investimento.

Adicionalmente, de acordo com o IFRS 4, a Companhia efectuou um teste de adequação das responsabilidades. Em resultado deste teste, à data de 31 de dezembro de 2013, as provisões técnicas foram reduziram no montante de Euros 14.500.000 (2012: reforço de Euros 7.056.000). O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 34).

A provisão para sinistros, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 7.699.000 (2012: Euros 9.104.000) relativo a sinistros ocorridos e ainda não portados (IBNR).



A provisão para participação nos resultados corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática.

	Eur	
	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	46.237.271	49.242.557
Montantes pagos	(42.438.977)	(47.879.519)
Estimativa de montantes a atribuir	40.289.647	44.874.233
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow")	3.010.369	-
Total	<b>47.098.310</b>	<b>46.237.271</b>

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao "shadow", o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de Dezembro de 2013 o ajustamento do "shadow" totaliza Euros 3.010.0000.

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Para alguns casos, pode ser atribuída uma participação nos resultados superior à participação legalmente exigida, por decisão da Gestão.

Os montantes de participação nos resultados atribuídos e a atribuir são analisados como se segue:

	Eur	
	2013	2012
Participação nos resultados a atribuir, 1 janeiro	<b>6.468</b>	<b>46.641</b>
Libertação, de acordo com plano participação	(6.468)	(40.173)
Reforço, de acordo com plano participação	3.010.369	0
Total, 31 dezembro	<b>3.010.369</b>	<b>6.468</b>
Participação nos resultados atribuída, 1 janeiro	<b>46.230.803</b>	<b>49.195.916</b>
Distribuída no ano	(42.438.977)	(47.879.519)
Atribuída - contratual	40.296.115	41.558.021
Atribuída - comercial	0	3.356.385
Total, 31 dezembro	<b>44.087.941</b>	<b>46.230.803</b>
Participação nos resultados, 31 dezembro	<b>47.098.310</b>	<b>46.237.271</b>

## Nota 24 – Benefícios a empregados

### Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, a Millenniumbcp Ageas aprovou as seguintes decisões: (i) em 1 de outubro de 2012, corte do plano, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011, e; (ii) em 1 de outubro de 2013, liquidação do plano, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2013	2012
Numero de participantes		
Ativos	109	100
Reformados e pensionistas	17	14
	126	114

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2013	2012
Taxa de desconto	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 2 anos	TV 88/90 - 2 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Como mencionado na nota II.1 s), a partir de 1 de janeiro de 2013, a Companhia adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. Em resultado da alteração de política contabilística, a Ocidental Vida abandonou o método do corredor, reconhecendo actualmente os ganhos/(perdas) actuariais do ano directamente em capital. De acordo com o IAS 8, para efeitos comparativos, esta alteração de política contabilística é apresentada desde 1 de janeiro de 2012, pelo que o total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para reservas

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2013 e 2012, são como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades por benefícios	(8 525 960)	(1 143 999)	(89 212)	(9 759 171)	(11 920 599)	(1 084 434)	(112 761)	(13 117 794)
Justo valor dos ativos do plano	8 597 789	-	-	8 597 789	12 028 216	-	-	12 028 216
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	71 829	(1 143 999)	(89 212)	(1 161 382)	107 617	(1 084 434)	(112 761)	(1 089 578)

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida. O número de colaboradores cobertos por essas apólices ascende a 3 (2012: 3), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 1.125.000 (2012: Euros 1.176.000), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas do Ramo Vida.

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no contrato de trabalho revisto para as Companhias de Seguros – “Plano CCT”.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	11 920 599	1 084 434	112 761	13 117 794	11 104 126	856 503	92 864	12 053 493
Custo do serviço corrente	15 367	42 485	20 964	78 816	13 202	32 598	13 207	59 007
Custo dos juros	467 684	42 768	4 196	514 648	570 397	44 449	4 875	619 721
Alterações do plano	-	(69 609)	-	(69 609)	-	-	-	-
Liquidação do Plano Complementar	81 116	-	-	81 116	-	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo fundo ou Grupo	(547 322)	(30 817)	(12 061)	(590 200)	(507 228)	(30 670)	-	(537 898)
(Ganhos) / perdas atuariais	521 072	64 496	(36 648)	548 920	928 581	181 215	1 815	1 111 611
Efeito da liquidação do Plano complementar	(4 101 699)	-	-	(4 101 699)	-	-	-	-
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	169 143	10 242	-	179 385	14 909	339	-	15 248
Transferência entre fundos	-	-	-	-	(203 388)	-	-	(203 388)
Responsabilidades em 31 de dezembro	8.525.960	1.143.999	89.212	9.759.171	11.920.599	1.084.434	112.761	13.117.794

A alteração do plano nos “Outros benefícios” corresponde ao impacto da alteração da idade da reforma em Portugal, de acordo com o Decreto-lei 167-E/2013.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	15 367	42 485	20 964	78 816	13 202	32 598	13 207	59 007
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo do:	95 662	42 768	4 196	142 626	82 451	44 449	4 875	131 775
Alterações do plano	-	(69 609)	-	(69 609)	-	-	-	-
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	(36 648)	(36 648)	-	-	1 815	1 815
Liquidação do Plano Complementar	81 116	-	-	81 116	-	-	-	-
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	169 143	10 242	-	179 385	14 909	339	-	15 248
Custo do exercício	361.288	25.886	(11.488)	375.686	110.562	77.386	19.897	207.845

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é analisada como segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	12 028 215	11 265 101
Contribuições da Companhia	666 126	353 012
Pagamentos efetuados pelo fundo	(547 322)	(507 228)
Retorno esperado do fundo	372 024	487 946
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	180 455	632 773
Efeito da liquidação do Plano complementar	(4 101 699)	(203 389)
Saldo em 31 de dezembro	<b>8.597.799</b>	<b>12.028.215</b>

Os ganhos/(perdas) atuariais em 2013 e 2012, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	2013			2012		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	2 847 490	384 742	3 232 232	2 551 682	203 527	2 755 209
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	449 812	52 738	502 550	928 581	181 215	1 109 796
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(180 455)	-	(180 455)	(632 773)	-	(632 773)
Saldo em 31 de dezembro	<b>3.116.848</b>	<b>437.480</b>	<b>3.554.328</b>	<b>2.847.490</b>	<b>384.742</b>	<b>3.232.232</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os (ganhos)/perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros 871.000 e Euros 1.499.000, respetivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Companhia ascenderam a Euros 666.000 (2012: Euros 353.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2013, a Companhia contribuiu com o montante de Euros 131.000 (2012: Euros 46.000) para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012.

Os Ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	107 616	(1 084 434)	(112 761)	(1 089 579)	2 712 657	(652 976)	(92 864)	1 966 817
Custo normal	(361 288)	(25 885)	11 488	(375 685)	(110 562)	(77 386)	(19 897)	(207 845)
(Ganhos) / perdas atuariais	(340 615)	(64 497)	-	(405 112)	(2 847 490)	(384 742)	-	(3 232 232)
Benefícios pagos pela Companhia	-	30 817	12 061	42 878	-	30 670	-	30 670
Contribuições dos empregados e outras	666 126	-	-	666 126	353 011	-	-	353 011
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	<b>71.839</b>	<b>(1.143.999)</b>	<b>(89.212)</b>	<b>(1.161.372)</b>	<b>107.616</b>	<b>(1.084.434)</b>	<b>(112.761)</b>	<b>(1.089.579)</b>

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	Eur	
	2013	2012
Títulos de rendimento variável	2.221.513	2.909.733
Títulos de rendimento fixo	5.776.058	7.607.474
Imóveis	129.603	205.981
Outros	470.625	1.305.028
	<b>8.597.799</b>	<b>12.028.215</b>

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Impacto no custo com pensões	7.367	6.798
Impacto nas responsabilidades	183.040	173.510

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	-1,00%	1,00%
	Eur	Eur
Taxa de Desconto	1.442.081	-1.163.907
Taxa de Crescimento das Pensões	-1.017.273	1.200.589
Taxa de Crescimento dos Salários	-125.424	151.645

	Impacto alteração de pressupostos demográficos
	+1 ano
	Eur
Alteração da Tábua de Mortalidade	466.551

## Nota 25 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Tomadores de seguros	3.360.963	2.615.971
Mediadores de seguros	12.592	3.255
Resseguradores	-	67.402
	3.373.555	2.686.628
Imparidade	(37.703)	(17.931)
<b>Total</b>	<b>3.335.852</b>	<b>2.668.697</b>
Outros devedores	1.246.160	1.046.449
<b>Total Outros devedores</b>	<b>1.246.160</b>	<b>1.046.449</b>
<b>Total</b>	<b>4.582.012</b>	<b>3.715.146</b>



Na rubrica Devedores por operações de seguro direto - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 3.359.000 (2012: Euros 2.615.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldo no início do ano	17.931	7.796
Reversões	-	(253)
Dotação do exercício	19.772	10.388
Saldo no final do ano	37.703	17.931

## Nota 26 – Impostos correntes e Impostos diferidos

A Ocidental Vida determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 31,5% (taxa nominal de 25% mais 6,5% de derramas municipais e estaduais). Adicionalmente, no seguimento da aprovação do Decreto-lei nº 83/2013 e Lei nº 2/2014 pelo Governo Português, uma taxa de imposto de 31,5% foi aplicada pela Companhia na determinação dos impostos diferidos associados às diferenças temporárias existente em 31 de dezembro de 2013.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Ativos por impostos correntes	1.745.276	-
Ativos por impostos diferidos	6.438.304	17.025.808
<b>Ativos por impostos</b>	<b>8.183.580</b>	<b>17.025.808</b>
Passivos por impostos correntes	7.734.778	69.617.821
<b>Passivos por impostos</b>	<b>7.734.778</b>	<b>69.617.821</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros	-	1.518.760	(6.873.102)	-	(6.873.102)	1.518.760
Passivos por contratos de seguro e de investimento	10.958.848	14.294.098	-	-	10.958.848	14.294.098
Provisões	1.417.839	416.154	-	-	1.417.839	416.154
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-	-
Outros	934.719	796.796	-	-	934.719	796.796
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>13.311.406</b>	<b>17.025.808</b>	<b>(6.873.102)</b>	<b>-</b>	<b>6.438.304</b>	<b>17.025.808</b>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2013 e 2012 foi reconhecido como segue:

	2013		2012	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Propriedades de investimento	-	-	(16.872)	-
Ativos financeiros	400.879	(8.792.742)	395.192	(23.052.356)
Passivos por contratos de seguro e de investimento	(3.335.250)	-	2.685.583	-
Provisões	1.001.685	-	73.301	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	(27.443.956)	(63.955.842)
Outros	118.898	19.026	26.835	-
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>(1.813.788)</b>	<b>(8.773.716)</b>	<b>(24.279.917)</b>	<b>(87.008.198)</b>

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Imposto corrente	(36.121.631)	(19.875.386)
Imposto diferido	(1.813.788)	(24.279.917)
<b>Total do imposto reconhecido em resultados</b>	<b>(37.935.419)</b>	<b>(44.155.303)</b>

O imposto sobre o rendimento reconhecido em capital próprio em 2013 e 2012 é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Imposto reconhecido na reserva de reavaliação		
Imposto corrente	(36.817.792)	(71.090.893)
Imposto diferido	22.826.403	83.853.834
	<b>(13.991.389)</b>	<b>12.762.941</b>
Ganhos / (perdas) atuariais		
Imposto diferido	19.026	-
<b>Total</b>	<b>(13.972.363)</b>	<b>12.762.941</b>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Eur	
	2013	2012
Resultado antes de impostos	124.038.340	138.433.418
Taxa de imposto	31,5%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	39.072.077	40.145.691
Tributação autónoma	29.774	33.623
Efeito da taxa imposto - derrama adicional	-	3.758.673
Outras diferenças permanentes	(1.166.432)	217.316
	<b>37.935.419</b>	<b>44.155.303</b>

## **Nota 27 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento**

Esta rubrica no montante de Euros 5.616.776.000 (2012: Euros 5.786.792.000) é relativa aos passivos financeiros relacionados com os contratos de investimento de *unit linked*. Estes passivos compreendem também o justo valor das garantias ou opções incorporadas nesses contratos.

De acordo com os critérios definidos no IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2. A avaliação destes passivos é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

## **Nota 28 – Outros passivos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Passivos subordinados	-	70.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	8.428.131	8.270.890
<b>Total</b>	<b>8.428.131</b>	<b>78.270.890</b>

Em 2012, os passivos subordinados correspondiam a dois empréstimos celebrados com a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S, S.A. no montante de Euro 35.000.000 cada, sem prazo fixo e com taxa de juro indexada à Euribor acrescida de um *spread*. Estes empréstimos foram reembolsados durante o mês de Maio de 2013.

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

## **Nota 29 – Outros credores por operações de seguros e outras operações**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Tomadores de seguros e intermediários	13.132.359	2.695.129
Resseguradores	3.815.484	2.004.777
<b>Credores por operações de seguro e resseguro</b>	<b>16.947.843</b>	<b>4.699.906</b>
Outros credores	268.280.252	32.141.036
<b>Total</b>	<b>285.228.095</b>	<b>36.840.942</b>

A rubrica de Tomadores de seguros e intermediários inclui o valor de comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. no montante de Euros 12.578.000 (2012: Euros 2.587.000), ao abrigo do acordo de distribuição celebrado com a Ocidental Vida.

A rubrica de Outros credores inclui um empréstimo celebrado com a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S, S.A., no montante de Euros 162.700.000 (2012: Euros 28.200.000), o qual é remunerado a uma taxa de juro indexada à Euribor acrescida de um *spread*. Adicionalmente, os Outros credores incluem o montante de Euros 103.000.000 (2012: Euros 1.287.000) relativo a operações por liquidar resultantes da aquisição de activos financeiros no fim do ano

### Nota 30 – Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos de custos inclui maioritariamente o montante de Euros 3.737.000 (2012: Euros 4.799.000), relativo a fees de gestão dos *unit linked* a pagar ao gestor de ativos da Companhia.

### Nota 31 – Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta diz respeito a Outras provisões é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	1.893.629	1.182.000
Dotação do exercício	3.029.662	711.629
Saldo em 31 de dezembro	4.923.291	1.893.629

Em resultado do processo de reestruturação em curso, através de um programa de pré-reformas, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tem uma provisão registada no montante de Euros 1.712.000 (2012: Euros 1.894.000). A reversão do exercício, no montante de Euros 182.000 (2012: Euros 533.000), transferido para o Fundo de Pensões da Companhia, relativo aos empregados que aceitaram a pré-reforma (ver nota 24).

## II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

### Nota 32 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

#### Capital

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social da Ocidental Vida, no montante de Euros 23.375.000, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.475.000 ações, com o valor nominal de Euros 5 cada.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

#### Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde: (i) ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 d), e; (ii) as perdas líquidas acumuladas dos activos reclassificados para a categoria de investimentos detidos até à maturidade, na data da sua reclassificação, que serão amortizadas até à maturidade dos activos transferidos (ver nota 19).

Os movimentos da reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2013 e 2012, são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldo em 01 de janeiro	9.197.003	(392.694.925)
Ajustamentos no justo valor	54.944.732	402.754.619
Vendas	348.789	(862.691)
Saldo em 31 de dezembro	64.490.524	9.197.003

A reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

	Eur	
	2013	2012
Custo amortizado	4.243.324.121	4.135.216.712
Imparidade	(7.266.872)	(1.640.971)
Custo amortizado, líquido de imparidade	4.236.057.249	4.133.575.741
Justo valor	4.300.547.773	4.142.772.745
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	64.490.524	9.197.004
Participação nos resultados a atribuir	(3.010.369)	-
<b>Reserva reavaliação de investimentos disponíveis para venda</b>	<b>61.480.155</b>	<b>9.197.004</b>
<b>Reserva reavaliação de investimentos detidos até à maturidade</b>	<b>(121.493.034)</b>	<b>(155.170.729)</b>
<b>Total</b>	<b>(60.012.879)</b>	<b>(145.973.725)</b>

### Outras reservas

#### Reserva por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1 t). Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a activos financeiros afectos a carteiras com participação nos resultados discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas flutuações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva

#### Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Ocidental Vida tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social.

#### Resultados transitados

De acordo com a proposta aprovada na Assembleia Geral de 27 de março de 2013, a Ocidental Vida distribuiu à accionista Millenniumbcp Ageas o montante de Euros 65.000.000. Adicionalmente, de acordo com decisão aprovada em 4 de dezembro de 2013 pelos acionistas, o montante de Euros 146.000.000 de reservas livres foi igualmente distribuído pela Companhia.

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2013 é analisado como se segue:

	Eur										
	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Reserva estatutária	Prémio de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido							
Capital	22.375.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.375.000
Reservas de reavaliação - ADV, líquida	-	64.490.523	(45.312.914)	19.177.609	-	-	-	-	-	-	19.177.609
Reservas de reavaliação ADV transferidos para IDM, líquida	-	(121.493.035)	30.373.259	(91.119.776)	-	-	-	-	-	-	(91.119.776)
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow"), líquida	-	(3.010.369)	948.266	(2.062.103)	-	-	-	-	-	-	(2.062.103)
Resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	504.621.330	-	504.621.330
Outras reservas	-	-	-	-	22.375.000	948.335	35.779.023	4.762.202	-	-	63.864.560
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86.102.921	86.102.921
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(3.535.301)	-	-	(3.535.301)
Saldo 31 dezembro 2013	22.375.000	(60.012.881)	(13.991.389)	(74.004.270)	22.375.000	948.335	35.779.023	1.226.901	504.621.330	86.102.921	599.424.240

DPV - Disponível para venda / DTM - Detidos até à maturidade



O Capital próprio em 31 de dezembro de 2012 é analisado como se segue:

	Reservas de reavaliação					Reserva estatutária	Prémio de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido	Reserva legal						
Capital	22.375.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.375.000
Reservas de reavaliação - ADV, líquida	-	9.197.004	(26.029.741)	(16.832.737)	-	-	-	-	-	-	(16.832.737)
Reservas de reavaliação ADV transferidos para IDM, líquida	-	(155.170.729)	38.792.682	(116.378.047)	-	-	-	-	-	-	(116.378.047)
Resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	621.426.232	-	621.426.232
Outras reservas	-	-	-	-	22.375.000	948.335	35.779.023	4.762.202	-	-	63.864.560
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94.278.115	94.278.115
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(3.232.232)	-	-	(3.232.232)
<b>Saldo 31 dezembro 2012</b>	<b>22.375.000</b>	<b>(145.973.725)</b>	<b>12.762.941</b>	<b>(133.210.784)</b>	<b>22.375.000</b>	<b>948.335</b>	<b>35.779.023</b>	<b>1.529.970</b>	<b>621.426.232</b>	<b>94.278.115</b>	<b>665.500.891</b>

DPV - Disponíveis para venda / DTM - Detidos até à maturidade

## II.7 Outras notas

### Nota 33 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	Eur	
	2013	2012
Remunerações	613.019	677.054
Contribuições para o fundo de pensões	9.878	10.544
	<b>622.897</b>	<b>687.598</b>

A análise das transações com partes relacionadas em 2013 e 2012 é analisada como segue:

Balanco	Eur					
	Grupo BCP	Grupo Agas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Agas	Holding MB CPA	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	216.013.740	-	-	-	-	216.013.740
Empréstimos concedidos e contas receber	432.164.065	-	-	-	-	432.164.065
Ativos financeiros disponíveis para venda	180.288.242	-	-	-	-	180.288.242
Investimentos a deter até à maturidade	20.385.627	-	-	-	-	20.385.627
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2.956.348.602	74.762.260	-	-	-	3.031.110.862
Outros ativos	62.002	13.216	-	-	-	75.218
<b>Total do ativo</b>	<b>3.805.262.278</b>	<b>74.775.476</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.880.037.754</b>
Provisões técnicas	101.673.949	-	-	-	-	101.673.949
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	162.731.403	162.731.403
Outros passivos	13.142.365	410.190	4.162	1.072.160	-	14.628.877
<b>Total do passivo</b>	<b>114.816.314</b>	<b>410.190</b>	<b>4.162</b>	<b>1.072.160</b>	<b>162.731.403</b>	<b>279.034.229</b>
<b>Líquido Ativo / (Passivo) 2013</b>	<b>3.690.445.964</b>	<b>74.365.286</b>	<b>(4.162)</b>	<b>(1.072.160)</b>	<b>(162.731.403)</b>	<b>3.601.003.525</b>
<b>Líquido Ativo / (Passivo) 2012</b>	<b>4.174.822.261</b>	<b>86.952.157</b>	<b>(4.162)</b>	<b>2.172.397</b>	<b>(98.200.000)</b>	<b>4.165.742.653</b>

Demonstração de resultados	Eur					
	Grupo BCP	Grupo Agas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Agas	Holding MB CPA	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	12.259.237	-	32.079.582	-	-	44.338.819
Dividendos e juros a receber	112.926.575	4.747.502	-	-	-	117.674.077
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	214.623	-	-	-	-	214.623
Perdas líquidas de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	112.494.231	24.909.645	-	-	-	137.403.876
Outros Proventos	-	83.222	-	-	-	83.222
<b>Total de proventos</b>	<b>237.894.666</b>	<b>29.740.369</b>	<b>32.079.582</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>299.714.617</b>
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(15.028.593)	-	(16.935.138)	-	-	(31.963.731)
Custos de aquisição	(51.757.010)	-	-	-	-	(51.757.010)
Gastos gerais e administrativos	(6.891.527)	(690.690)	(77.294)	(387.173)	(1.189.206)	(9.235.890)
<b>Total de custos</b>	<b>(73.677.130)</b>	<b>(690.690)</b>	<b>(17.012.432)</b>	<b>(387.173)</b>	<b>(1.189.206)</b>	<b>(92.956.631)</b>
<b>Líquido Proventos / (Custos) 2013</b>	<b>164.217.536</b>	<b>29.049.679</b>	<b>15.067.150</b>	<b>(387.173)</b>	<b>(1.189.206)</b>	<b>206.757.986</b>
<b>Líquido Proventos / (Custos) 2012</b>	<b>480.435.609</b>	<b>37.274.747</b>	<b>16.063.887</b>	<b>(270.965)</b>	<b>(3.931.748)</b>	<b>529.571.530</b>

As transações com o Grupo Banco Comercial Português S.A. são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., pela distribuição dos produtos da Companhia e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

Em 2013 os Outros passivos financeiros, no montante de Euros 162.700.000 (2012: Euros 98.200.000) respeitam a empréstimos concedidos pela Holding do Grupo – Millenniumbcp Ageas (ver notas 28 e 29).

As transações com Partes relacionada foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

### Nota 34 – Gestão de riscos

"Um contrato de seguro é a transferência equitativa do risco de uma perda, de uma entidade para outra em troca de um pagamento. É uma forma de gestão de risco usada principalmente para cobertura do risco de uma perda contingente, incerta", fonte Wikipédia.

Para a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. assumir riscos é intrínseco na forma como a companhia de seguros cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de avaliação de *rating*. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. vê uma boa gestão de risco como a chave na garantia de um crescimento rentável sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear.

#### Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contem ainda a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e define também os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

#### Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, Operacionais e Específicos de Seguros são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto que os Riscos Estratégicos são geridos no âmbito do Pilar II.

## Riscos Estratégicos

Os *Riscos Estratégicos* cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual e também de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou no ambiente geopolítico.

Na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. os *Riscos Estratégicos* são geridos através do processo *Key Risk Reporting* (KRR), o qual também contribui para a elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A.. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos *Riscos Estratégicos*.

## Riscos Financeiros

### Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das principais categorias de risco da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é o *Risco Financeiro*. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado*, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado *Risco de Incumprimento*, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado *Risco de Liquidez*.

O modelo de governo relacionado com os *Riscos Financeiros* na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. fornece a aprovação final da estratégia de investimentos;
- As decisões de investimento na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* (CFO) e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão do risco de mercado o qual delega no Comité de Gestão de Ativos (subcomité do Comité de Risco).
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
  - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de *Riscos Financeiros* da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A.;
  - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Financial Officer*;
  - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e políticas relevantes;
  - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos (ou seja, limites ligeiros).
- A função de Investimentos:
  - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
  - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
  - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo AMC/Comité de Risco ou por Reguladores locais.
- O comité de riscos:
  - É responsável pela aprovação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
  - Propor e restringir o apetite ao risco bem como as restrições de riscos agregados;
  - Fornecer um parecer sobre a adequação das políticas de risco;
  - Membro do Comité de Risco/Gestão de Ativos (AMC).

- Dar parecer sobre a estratégia global anterior à aprovação pelo Conselho de Administração.

A Gestão de *Riscos Financeiros* na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



#### Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:



#### *Risco de Incumprimento*

O *Risco de Incumprimento* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e do *Risco de Incumprimento*, a taxonomia de risco da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no *Risco de Mercado* como no *Risco de Incumprimento*. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao risco de *spread* para um ressegurador via detenção de títulos ou de participações e risco de contraparte via proteção de resseguro.



## Risco de Mercado

Os ativos e passivos da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc. O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. como *Risco de Mercado*.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o risco de mercado, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do *Risco de Mercado*, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. (Eur).

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto. Apenas os produtos *Unit Linked* estão expostos a risco de câmbio.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros detidos até à maturidade e os fundos de investimentos por tipo de garantia (excluindo juros acumulados):

CARTERA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2013		2012	
		%		%
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>4.300.547.773</b>		<b>4.142.772.745</b>	
Dívida pública	1.680.846.766	39,1%	1.416.364.807	48,0%
Obrigações	2.334.481.833	54,3%	2.447.125.016	47,1%
Ações	43.670.623	1,0%	17.620.906	0,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	66.283.874	1,5%	61.562.607	1,5%
Ações	9.876.645	0,2%	-	0,0%
Imobiliário	165.388.032	3,8%	191.072.745	2,9%
Alternativos	-	0,0%	9.026.664	0,4%
<b>Ativos financeiros ao justo valor</b>	<b>5.069.233.899</b>		<b>5.506.155.071</b>	
Dívida pública	782.424.084	15,4%	262.933.852	2,4%
Obrigações	3.858.834.175	76,1%	5.002.725.171	93,9%
Fundos de investimento:				
Obrigações	199.492.866	3,9%	115.978.060	1,7%
Ações	184.908.567	3,6%	104.542.075	1,8%
Imobiliário	2.131.053	0,0%	1.225.653	0,0%
Alternativos	41.443.154	0,8%	18.750.260	0,2%
<b>Ativos financeiros detidos até à maturidade</b>	<b>623.044.374</b>		<b>697.845.383</b>	
Dívida pública	485.000.743	77,8%	527.493.676	75,2%
Obrigações	138.043.631	22,2%	170.351.707	24,8%
<b>Detidos para negociação</b>	<b>189.374.495</b>		<b>209.580.274</b>	
Derivados de negociação	189.374.495	100,0%	209.580.274	100,0%
<b>Total</b>	<b>10.182.200.541</b>		<b>10.556.353.473</b>	



Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2013	2012
<b>ATIVO [EUR]</b>		
Caixa e disponibilidades	216 013 740	119 551 887
Empréstimos e contas a receber	432 164 065	473 679 606
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	4 582 012	3 715 146
Investimentos a deter até à maturidade	623 044 374	697 845 383
<b>Total</b>	<b>1.275.804.191</b>	<b>1.294.792.022</b>
<b>PASSIVO [EUR]</b>		
Outras responsabilidades financeiras	8 428 131	78 270 890
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	285 228 095	36 840 942
<b>Total</b>	<b>293.656.226</b>	<b>115.111.832</b>

As ações detidas pela Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são decompostas por tipo de indústria:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Instituições financeiras	38.980.873	89,3%	17.620.156	100,0%
Consumíveis não cíclicos	4.689.750	10,7%	750	0,0%
	<b>43.670.623</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.620.906</b>	<b>100,0%</b>

As obrigações detidas pela Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são decompostas por tipo de indústria:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2013		2012		2013		2012		2013		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	1 680 846 766	41,9%	1 416 364 807	36,7%	782 424 084	16,9%	262 933 852	5,0%	485 000 743	77,8%	527 493 676	75,6%
Instituições financeiras	1 465 036 586	36,5%	1 831 564 910	47,4%	3 238 609 357	69,8%	3 745 798 538	71,1%	20 385 627	3,3%	19 578 382	2,8%
Operações de securitização	16 390 003	0,4%	5 032 687	0,1%	91 816	0,0%	12 843 969	0,2%	-	0,0%	-	0,0%
Indústria	110 154 225	2,7%	159 444 836	4,1%	210 713 781	4,5%	417 165 041	7,9%	50 436 162	8,1%	64 309 128	9,2%
Sectores básicos e energéticos	331 372 795	8,3%	165 416 854	4,3%	32 819 901	0,7%	33 111 859	0,6%	-	0,0%	-	0,0%
Operações hipotecárias	15 858 391	0,4%	12 256 531	0,3%	-	0,0%	7 492 859	0,1%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis não cíclicos	53 794 312	1,3%	54 756 247	1,4%	39 695 015	0,9%	38 170 208	0,7%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis cíclicos	74 034 430	1,8%	53 806 356	1,4%	5 181 600	0,1%	103 603 429	2,0%	-	0,0%	-	0,0%
Comunicações	181 406 148	4,5%	110 623 497	2,9%	62 148 893	1,3%	203 147 024	3,9%	-	0,0%	8 782 214	1,3%
Matérias primas	9 024 418	0,2%	-	0,0%	178 665 050	3,8%	358 555 843	6,8%	10 495 986	1,7%	22 390 720	3,2%
Diversos	4 194 678	0,1%	18 780 477	0,5%	90 878 510	2,0%	82 836 400	1,6%	56 725 856	9,1%	55 291 263	7,9%
Energia	73 215 847	1,8%	35 442 621	0,9%	30 252	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
	<b>4.015.328.599</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.863.489.823</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.641.258.259</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.265.659.023</b>	<b>100,0%</b>	<b>623.044.374</b>	<b>100,0%</b>	<b>697.845.383</b>	<b>100,0%</b>

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2013		2012		2013		2012		2013		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	446 637 407	11,1%	548 481 669	14,2%	426 161	0,0%	810 748	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
AA	614 820 966	15,3%	767 309 133	19,9%	637 307	0,0%	3 693 114	0,1%	-	0,0%	-	0,0%
A	508 344 735	12,7%	351 137 082	9,1%	14 719 397	0,7%	11 988 965	0,2%	-	0,0%	-	0,0%
BBB	758 315 293	18,9%	648 907 508	16,8%	240 924 832	5,2%	633 580 921	12,0%	10 495 986	1,7%	28 491 938	4,1%
BB	1 480 106 097	36,9%	1 300 042 169	33,6%	1 511 711 100	32,6%	1 237 966 893	23,5%	514 263 016	82,5%	563 629 686	80,8%
B	161 420 076	4,0%	212 294 057	5,5%	2 805 258 679	60,4%	3 339 164 591	63,4%	98 285 372	15,8%	103 042 762	14,8%
CCC	181 921	0,0%	6 051 601	0,2%	47 369 754	1,0%	25 861 659	0,5%	-	0,0%	-	0,0%
CC	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	4 152	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Sem Rating	45 502 104	1,1%	29 266 654	0,8%	210 929	0,0%	12 587 980	0,2%	-	0,0%	2 680 997	0,4%
<b>Total</b>	<b>4 015.328.599</b>	<b>100,0%</b>	<b>3 863.489.823</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.641.258.259</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.265.659.023</b>	<b>100,0%</b>	<b>623.044.374</b>	<b>100,0%</b>	<b>697.845.383</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	1 680 846 766	41,9%	1 416 364 807	36,7%	782 424 084	16,9%	262 933 852	5,0%	485 000 743	77,8%	527 493 676	75,6%
Obrigações	2 334 481 833	58,1%	2 447 125 016	63,3%	3 858 834 175	83,1%	5 002 725 171	95,0%	138 043 631	22,2%	170 351 707	24,4%
<b>Total</b>	<b>4 015.328.599</b>	<b>100,0%</b>	<b>3 863.489.823</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.641.258.259</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.265.659.023</b>	<b>100,0%</b>	<b>623.044.374</b>	<b>100,0%</b>	<b>697.845.383</b>	<b>100,0%</b>

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	648.177.805	100,0%	593.231.493	100,0%
seguros e outras operações				
A	-	0,0%	67.402	1,8%
Sem rating	4.582.012	100,0%	3.647.744	98,2%
	<b>4.582.012</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.715.146</b>	<b>100,0%</b>
Total	<b>652.759.817</b>		<b>596.946.639</b>	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Ativos disponíveis para venda			
	Portugal	Luxemburgo	Total	%
Obrigações	-	66.283.874	66.283.874	27,4%
Ações	1.811.565	8.065.080	9.876.645	4,1%
Imobiliário	165.388.032	-	165.388.032	68,5%
Total em dezembro 2013	<b>167.199.597</b>	<b>74.348.954</b>	<b>241.548.551</b>	<b>100,0%</b>
Obrigações	-	61.562.607	61.562.607	23,5%
Imobiliário	191.072.745	-	191.072.745	73,0%
Alternativos	2.346.824	6.679.840	9.026.664	3,4%
Total em dezembro 2012	<b>199.220.740</b>	<b>68.242.447</b>	<b>261.662.016</b>	<b>100,0%</b>

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Ativos financeiros ao justo valor									%
	Portugal	Luxemburgo	França	Irlanda	Ilhas Virgens	EUA	Inglaterra	Ilhas Caimão	Total	
Obrigações	421.731	177.733.166	5.970.672	14.825.586	-	-	541.711	-	199.492.866	46,6%
Ações	114.491	170.472.829	-	9.666.610	-	311.366	4.343.271	-	184.908.567	43,2%
Imobiliário	-	2.131.053	-	-	-	-	-	-	2.131.053	0,5%
Alternativos	-	22.608.051	-	8.918.763	7.398.722	-	419.484	2.098.134	41.443.154	9,7%
Total em dezembro 2013	<b>536.222</b>	<b>372.945.099</b>	<b>5.970.672</b>	<b>33.410.959</b>	<b>7.398.722</b>	<b>311.366</b>	<b>5.304.466</b>	<b>2.098.134</b>	<b>427.975.640</b>	<b>100,0%</b>
Obrigações	426.079	105.962.985	3.154.454	5.809.988	-	-	624.554	-	115.978.060	48,2%
Ações	105.626	72.305.781	-	25.640.332	-	495.208	5.995.128	-	104.542.075	43,5%
Imobiliário	-	1.225.653	-	-	-	-	-	-	1.225.653	0,5%
Alternativos	-	11.919.721	-	628.988	5.784.460	-	417.091	-	18.750.260	7,8%
Total em dezembro 2012	<b>531.705</b>	<b>191.414.140</b>	<b>3.154.454</b>	<b>32.079.308</b>	<b>5.784.460</b>	<b>495.208</b>	<b>7.036.773</b>	<b>-</b>	<b>240.496.048</b>	<b>100,0%</b>

Nesta categoria de risco está também incluído o *Risco de Concentração*.

Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes correlacionadas positivamente (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

#### Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

Risco de liquidez 2013	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	217.794.255	379.343.727	1.237.428.397	1.997.355.697	1.059.785.087	-	4.891.707.163
Ativos financeiros a taxa variável	11.858.678	9.426.826	60.848.038	202.452.955	37.820.338	-	322.406.635
Outros ativos financeiros	149.605.492	130.774.434	373.419.636	64.452.703	123.882.047	285.219.174	1.127.353.486
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	21.343.158	157.689.145	1.054.792.005	2.383.449.482	1.859.309.363	427.975.640	5.904.558.793
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>400.601.583</b>	<b>677.234.132</b>	<b>2.726.488.076</b>	<b>4.647.710.837</b>	<b>3.080.796.835</b>	<b>713.194.814</b>	<b>12.246.026.277</b>
Ativos Não Financeiros	71.110	142.219	711.400	14.875.311	3.661.151	-	19.461.191
<b>Total de Ativos</b>	<b>400.672.693</b>	<b>677.376.351</b>	<b>2.727.199.476</b>	<b>4.662.586.148</b>	<b>3.084.457.986</b>	<b>713.194.814</b>	<b>12.265.487.468</b>
Outros passivos financeiros	37.130.201	24.420.049	20.756.195	211.246.453	90.702	12.626	293.656.226
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	26.963.901	209.716.673	739.360.447	2.733.734.670	1.907.000.332	-	5.616.776.023
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>64.094.102</b>	<b>234.136.722</b>	<b>760.116.642</b>	<b>2.944.981.123</b>	<b>1.907.091.034</b>	<b>12.626</b>	<b>5.910.432.249</b>
Passivos Não Financeiros	43.568.450	169.637.580	589.857.918	1.676.198.075	2.433.245.186	-	4.912.507.209
<b>Total de Passivos</b>	<b>107.662.552</b>	<b>403.774.302</b>	<b>1.349.974.560</b>	<b>4.621.179.198</b>	<b>4.340.336.220</b>	<b>12.626</b>	<b>10.822.939.458</b>

Risco de liquidez 2012	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	180.012.410	309.248.286	954.584.187	2.285.625.553	882.890.765	-	4.612.361.200
Ativos financeiros a taxa variável	14.052.876	117.388.447	95.383.003	331.225.620	33.200.477	-	591.250.423
Outros ativos financeiros	536.875.106	67.586.302	289.846.151	34.092.224	21.043.310	279.282.921	1.228.726.015
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	20.794.484	346.766.413	923.328.027	2.671.120.640	1.303.649.458	240.496.048	5.506.155.071
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>751.734.877</b>	<b>840.989.448</b>	<b>2.253.141.367</b>	<b>5.322.064.038</b>	<b>2.240.784.011</b>	<b>519.778.969</b>	<b>11.938.492.710</b>
Ativos Não Financeiros	88.470	176.940	1.048.364	23.946.832	7.036.235	-	32.296.842
<b>Total de Ativos</b>	<b>751.823.347</b>	<b>841.166.388</b>	<b>2.264.189.731</b>	<b>5.346.010.870</b>	<b>2.247.820.246</b>	<b>519.778.969</b>	<b>11.970.789.552</b>
Outros passivos financeiros	(41.549.911)	12.702.918	44.273.045	29.670.152	13.037	70.002.591	115.111.832
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	18.502.673	239.529.359	996.151.545	2.955.515.245	1.577.092.969	-	5.786.791.790
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>(23.047.238)</b>	<b>252.232.277</b>	<b>1.040.424.589</b>	<b>2.985.185.397</b>	<b>1.577.106.006</b>	<b>70.002.591</b>	<b>5.901.903.622</b>
Passivos Não Financeiros	49.371.718	24.739.065	830.501.852	2.210.608.153	2.493.976.611	-	5.609.197.399
<b>Total de Passivos</b>	<b>26.324.480</b>	<b>276.971.341</b>	<b>1.870.926.441</b>	<b>5.195.793.551</b>	<b>4.071.082.617</b>	<b>70.002.591</b>	<b>11.511.101.021</b>

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (floating rate notes) o cupão pago em dezembro de 2013 e 2012 respetivamente.

No que diz respeito ao passivo, no apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida (passivos não financeiros) e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento, foram considerados os seguintes pressupostos:

- i) O valor de balanço dos contratos “Unit Linked” foi considerado com maturidade “à vista”;
- ii) No cálculo dos cash-flows não foram considerados resgates antecipados.

## Riscos Específicos de Seguros

### Modelo de Governo dos Riscos Específicos de Seguros

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. gere o risco específico dos seguros através da conjugação das suas políticas de subscrição (underwriting), de pricing, de provisionamento e de resseguro.

A estrutura de governo do Risco de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de Regulamentos de Risco e dos respetivos limites de aceitação de riscos. Caso estes limites sejam ultrapassados, o *Risk Officer* é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- A função de Gestão do Risco é responsável por definir o Apetite ao Risco de Subscrição bem como o Apetite ao Risco de forma agregada e avaliar/gerir os riscos de seguro de acordo com as políticas e regulamentos estabelecidos na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A.;
- A função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela aprovação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos.

Na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. diversas áreas estão envolvidas na Gestão de Riscos de Seguros, tais como a Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

### Subscrição e Pricing

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão do risco de seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a companhia de seguros. O processo pelo qual os segurados são segmentados de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, possibilitando uma adequada definição do prémio assente no perfil de risco do segurado, é o processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão de riscos. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento atuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de Subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, profit testing), como à posteriori (por exemplo, o embedded value e os rácios combinados).

Os factores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.



### Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (best-estimate), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

### Resseguro

Quando apropriado, a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climáticos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão diretamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria atividade do Homem. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes catástrofes tais como terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

Ramo	Tipo de Resseguro	Límite de cobertura	Retenção/Prioridade
Vida/Invalidez	Excedente	4 400 000	110 000
Vida (catástrofes)	CAT Excesso de Perdas (XL)	15 000 000	330 000

### Gestão dos Riscos de Responsabilidades de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro, deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao risco de seguro que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está disposto a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos Específicos de Seguros, de acordo com a taxonomia de riscos em vigor na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A..

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos estratégicos, financeiros e operacionais. De acordo com a taxonomia de risco da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A., os riscos específicos de seguros estão definidos como riscos de responsabilidades de seguros de vida.

### Riscos Específicos de Responsabilidades de Seguros de Vida

O risco específico de Seguros de Vida é dividido em dois grandes blocos: Risco de Subscrição de Vida e o Risco de Catástrofe.

Os sinistros relativos aos produtos de seguro de vida risco e de rendas vitalícias, são sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. Descidas nas taxas de mortalidade relacionadas com o preço da mortalidade são conhecidas como risco de longevidade, enquanto os aumentos são referidos como risco de mortalidade. O aumento inesperado nas taxas de mortalidade conduzirá a um aumento dos sinistros previstos para os produtos de vida risco e a uma diminuição dos sinistros para produtos de rendas vitalícias, enquanto que o decréscimo nas taxas de mortalidade (risco de longevidade) terá o impacto oposto. Dada a natureza a longo prazo do ramo vida, mudanças inesperadas nas taxas de resgates ou despesas a curto prazo também podem ter um impacto significativo.

O Risco de Catástrofe é o risco de perda ou de alteração do valor do passivo seguro, resultante da incerteza significativa dos preços e provisionamento dos pressupostos relacionados com eventos extremos ou excecionais.



Um dos riscos de seguro de vida, o risco de longevidade, ocorre quando um decréscimo inesperado das taxas de mortalidade conduz a aumentos de sinistros superiores aos esperados em produtos como as rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do pricing da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Na conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são constituídas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

Tendo em conta o aumento contínuo esperado na expectativa de vida da população segura, o risco de aumento inesperado da esperança de vida, dá origem a outro risco de seguros de vida bastante importante, o risco de mortalidade, não tendo este um impacto significativo ao nível da carteira atual. No entanto, o risco de mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. O risco de mortalidade é mitigado através da política de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de proteção da retenção.

De acordo com a atual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos atuariais definidos em cada apólice.

Para a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. os pressupostos são os seguintes:

	<u>Tabela de Mortalidade</u>	<u>Taxa Técnica</u>
Risco	PM 60/64 ou GKM 80	3% ou 4%
Rendas*	GKF 80 ou TV 73/77	3% ou 3,5%
Produtos financeiros com participação nos resultados	PF 60/64 ou GKF 80	0%, 2%, 2,4% 3%, 3,25% ou 4%

\* A reserva matemática de cada apólice em vigor não poderá ser inferior ao montante calculado com base na tábua de mortalidade TV 73/77 e na taxa técnica de 3,5%.

Em 31 dezembro de 2013 e de 2012, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica das carteiras. Os cash flows futuros são avaliados através do modelo interno de embedded value e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco. Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

	2013		2012	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Vida Risco				
Vida Ativa	70% GKM95	70% GKF95	70% GKM95	70% GKF95
Crédito Habitação	50% GKM95	47,5% GKF95	50% GKM95	47,5% GKF95
Crédito Pessoal	50% GKM95	45% GKF95	50% GKM95	45% GKF95
Rendas Vitalícias	100% PERM2000C	100% PERF2000C	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Capitalização e PPR's	40% GKM95	45% GKF95	40% GKM95	40% GKF95

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas à ocorrência de taxas de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante na carteira de seguros de vida risco.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários fatores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e política de subscrição, sempre que tal se justifique. A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. também mitiga o risco de invalidez através da adoção de questionários médicos adequados e de uma cobertura apropriada de resseguro.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade do justo valor das responsabilidades de seguros. O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor atual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de participação nos resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de fatores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos ativos e das responsabilidades:

Análises de Sensibilidade	Impacto no Justo Valor em 31.12.2013	Impacto no Justo Valor em 31.12.2012
Taxas de juro sem risco +100bp	13.997.895	28.493.744
Taxas de juro sem risco -100bp	(35.766.833)	(55.021.179)
Imobiliário e ações -10%	(23.449.822)	(25.912.935)
Despesas gerais -10%	11.460.913	12.129.076
Taxas de Mortalidade -5%	8.149.541	8.698.677
Taxas de anulação/resgate -10%	15.628.230	15.968.503

### Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia.

O risco operacional na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na companhia. Além disso, a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no comité de risco. Adicionalmente mantem a atenção e foco nos processos da companhia através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da companhia.

Em particular, engloba processos de toda a Companhia, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Companhia sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). Uma vez que a infraestrutura está ainda no seu estado inicial de desenvolvimento, há um compromisso por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Companhia a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Companhia;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Companhia e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A.;

- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva "Bottom-up". Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Companhia:
  - Identifica e documenta todos os processos transversais a toda a Companhia, mantendo-os atualizados;
  - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
  - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
  - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
  - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Informação adicional respeitante ao negócio Vida é a seguinte:

	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012	Custos com sinistros	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2013 em relação a 2012	Reajustamentos
2013	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	35.899.587	37.598.305	17.484.090	19.182.808

	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2011	Custos com sinistros	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012 em relação a 2011	Reajustamentos
2012	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	56.089.209	53.041.576	14.809.480	11.761.847

### Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2013.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a margem de solvência da Companhia é analisada como se segue:

Rúbrica [EUR]	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
Capital	22.375.000	22.375.000
Reservas Legal e de Reavaliação	(13.675.011)	(69.346.224)
Resultados Transitados	504.621.330	621.426.232
Resultado Líquido do Exercício	86.102.921	94.195.098
Distribuição de Resultados do Exercício	-	-
<b>Total Situação Líquida (1)</b>	<b>599.424.240</b>	<b>668.650.106</b>
Activos Intangíveis	(5.229.779)	(5.376.984)
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	-	70.000.000
Ajuste Pensões Reforma	-	(3.149.215)
<b>Total (2)</b>	<b>(5.229.779)</b>	<b>61.473.801</b>
<b>Margem de Solvência Disponível (1) + (2)</b>	<b>594.194.461</b>	<b>730.123.907</b>
<b>Margem de Solvência Exigida</b>	<b>249.381.588</b>	<b>262.196.463</b>
<b>Excesso / (Insuficiência)</b>	<b>344.812.873</b>	<b>467.927.444</b>
<b>Rácio Solvência</b>	<b>238%</b>	<b>278%</b>

## Nota 35 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Companhia são os seguintes:

### *Caixa e Depósitos em instituições de crédito*

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### *Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

### *Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações*

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### *Investimentos a deter até à maturidade*

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado, líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, quando disponíveis. No caso de estas não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

## Nota 36 – Passivos contingentes e compromissos

### *Passivos contingentes*

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra as mesmas, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Companhia de seguro, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

### *Garantias*

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existem garantias bancárias.

### *Compromissos*

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato.



Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	<i>Eur</i> Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	41.677	114.993	190.979	347.649

### Nota 37 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout* é apresentada em seguida:

#### Através de Investimento direto

País	<i>Eur</i>					
	Valor contabilístico	Justo valor	2013 Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	956.945.857	956.945.857	(3.138.205)	4,1%	5,1	L1
Ativos financeiros detidos ao justo valor	781.466.483	781.466.483	19.025.804	4,2%	6,2	L1
Ativos financeiros detidos até à maturidade	485.000.743	571.416.509	-	4,1%	5,9	L1
<b>Total</b>	<b>2.223.413.083</b>	<b>2.309.828.848</b>	<b>15.887.599</b>	<b>4,2%</b>	<b>5,7</b>	<b>-</b>

#### Indiretamente, através de produtos estruturados

País	<i>Eur</i>					
	Valor contabilístico	Justo valor	2013 Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros ao justo valor	131.439.341	131.439.341	5.752.392	4,6%	4,9	L2
<b>Total</b>	<b>131.439.341</b>	<b>131.439.341</b>	<b>5.752.392</b>	<b>4,6%</b>	<b>4,9</b>	

#### Através de Investimento direto

País	<i>Eur</i>					
	Valor contabilístico	Justo valor	2012 Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	654.066.024	654.066.024	(18.758.105)	3,7%	4,1	L1
Nível 2	7.264.205	7.264.205	(2.868.956)	5,3%	4,7	L2
Ativos financeiros detidos ao justo valor	261.124.937	261.124.937	41.014.137	4,6%	5,8	L1
Ativos financeiros detidos até à maturidade	527.493.676	617.147.038	-	4,2%	6,3	L1
<b>Total</b>	<b>1.449.948.842</b>	<b>1.539.602.204</b>	<b>19.387.076</b>	<b>4,1%</b>	<b>5,3</b>	<b>-</b>

#### Indiretamente, através de produtos estruturados

País	<i>Eur</i>					
	Valor contabilístico	Justo valor	2012 Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros ao justo valor	130.182.295	130.182.295	-	4,6%	5,9	L2
<b>Total</b>	<b>130.182.295</b>	<b>130.182.295</b>	<b>-</b>	<b>4,6%</b>	<b>5,9</b>	



## **Nota 38 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

*As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:*

### **IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados**

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da IAS 19 (2011), a Companhia alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido, bem como ao reconhecimento dos desvios atuariais.

Ao abrigo da IAS 19 (2011), a Companhia:

- a) Determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) O juro do efeito do teto (ceiling) do ativo.

- b) Procede ao reconhecimento dos desvios atuariais no Outro Rendimento Integral (OCI).

### **Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Companhia modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

### **IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

A Companhia não teve impacto na adoção destas alterações.

### **Melhoramentos às IFRS (2009-2011)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013, às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

#### IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

#### IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de activos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

#### IAS 32 - Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

#### IAS 34 - Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

#### **IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Companhia adotou a nova definição de justo valor, tal como consta na nota 17, prospectivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos da Companhia, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a Companhia proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

#### **IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto**

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu, em 19 de Outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações da Companhia, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

**A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:**

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

#### **IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, sejam ou não consolidadas.

A Companhia está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

#### **IFRS 11 - Acordos Conjuntos**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

#### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.



O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

#### **Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)**

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações em simultâneo com a adoção dos restantes critérios da IFRS 10. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

#### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros**

O IASB emitiu, em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

#### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O IASB emitiu, em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (“*clearing counterparty*”) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

#### **Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia:**

##### **IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

##### **IFRIC 21 – Taxas**

O IASB emitiu, em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **Melhoramentos às IFRS (2010-2012)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012 emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

##### IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

##### IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

##### IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

##### IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

##### IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

##### IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

#### **Melhoramentos às IFRS (2011-2013)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

##### IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

##### IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

##### IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.



IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

63  
JRU

1. The first part of the report is a general introduction to the project. It describes the purpose of the study, the objectives, and the scope of the work. It also provides a brief overview of the methodology used in the study.

2. The second part of the report is a detailed description of the methodology used in the study. It includes a description of the data collection methods, the data analysis methods, and the statistical tests used.

3. The third part of the report is a detailed description of the results of the study. It includes a description of the data, the results of the data analysis, and the results of the statistical tests.

4. The fourth part of the report is a discussion of the results of the study. It discusses the implications of the results, the limitations of the study, and the conclusions drawn from the study.

5. The fifth part of the report is a conclusion. It summarizes the main findings of the study and provides a final statement on the results.

6. The sixth part of the report is a list of references. It lists the sources of information used in the study.

7. The seventh part of the report is an appendix. It contains additional information that is not included in the main body of the report.

8. The eighth part of the report is a list of figures. It lists the figures included in the report.

9. The ninth part of the report is a list of tables. It lists the tables included in the report.

10. The tenth part of the report is a list of abbreviations. It lists the abbreviations used in the report.

11. The eleventh part of the report is a list of appendices. It lists the appendices included in the report.

12. The twelfth part of the report is a list of references. It lists the sources of information used in the study.

## INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2013  
 Empresa de Seguros: Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, SA  
 Nº de identificação: António Oliveira  
 Ident. do resp. pela informação:

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
1	Inventário de Títulos e Participações Financeiras NPCCS							
1.1	FILIAIS ASSOCIADAS, EMPREENHIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E							
1.1.01	Títulos Nacionais							
1.1.01	Partes de capital em filiais							
1.1.02	Sub-Total							
1.1.02	Partes de capital em associadas							
1.1.03	Sub-Total							
1.1.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.04	Sub-Total							
1.1.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participatiles							
1.1.04	B. Comercial Português-Nom.	239631825			0,06312	14.745.953,23	0,1664	38.876.335,68
1.1.04	Servibanca-Emp. Prestação de Serv. ACE	750				750,00		750,00
1.1.05	Sub-Total	239632575				14.746.703,23		38.877.085,68
1.1.05	Títulos de dívida de filiais							
1.1.06	Sub-Total							
1.1.06	Títulos de dívida de associadas							
1.1.07	Sub-Total							
1.1.07	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.08	Sub-Total							
1.1.08	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participatiles							
1.1.08	BCP 4,75% Setembro 2020	27100000		93,2479		26.866.180,20	98,17446	26.605.270,22
1.1.08	BCP 5,625% Abril 2015	61100000		93,2479		56.853.181,16	93,2479	56.853.181,16
1.1.08	BCP 5,625% Fevereiro 2016	51550000		93,2479		48.007.642,29	103,36791	53.244.569,56
1.1.08	BCP 5,625% Setembro 2014	24400000		96,92153		23.648.853,56	97,64507	23.826.156,65
1.1.08	BCP CLN Ba. Grupo Pestana 2012/15	10000000		91,9182		8.191.820,00	94,33486	9.433.485,61
1.1.08	BCP CLN Grupo Pestana 27/12/15	10000000		90,6201		8.062.010,00	94,08772	9.408.771,78
1.1.08	BCP CLN Jeronimo Martins - Abril 2014	32700000		96,90289		23.736.894,47	97,94116	23.505.078,78
1.1.08	BCP CLN Portugal 4,45% 3rd Issue June 2018	86,43425		94,08676		27.937.000,00	96,6032	23.269.407,78
1.1.08	BCP CLN Portugal 4,72% June 2018	11550000		94,08676		10.888.178,21	96,6032	10.888.178,21
1.1.08	BCP CLN Portugal 4,90% June 2020	30000000		94,1175		28.252.500,00	95,78171	28.734.513,10
1.1.08	BCP CLN Portugal 4,90% June 2020	49000000		72,05983		3.530.801,66	77,11124	3.778.150,72
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Outubro 2019	17000000		92,36486		1.570.544,35	96,05431	1.632.923,26
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Abril 2016	37500000		90,2563		3.386.073,75	93,02085	3.488.282,04
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Junho 2016	6955550		79,57759		6.632.208,47	95,59669	8.207.501,47
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Junho 2017	60000000		75,3313		4.519.878,00	81,92887	4.915.612,07
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Junho 2016	80000000		96,25		7.700.000,00	96,15021	7.882.016,86
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Novembro 2015	29000000		76,9564		2.237.088,80	88,1008	2.643.230,08
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Outubro 2016	18000000		89,2479		16.673.459,17	92,81108	16.705.993,84
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Janeiro 2016	45000000		91,54531		4.195.095,00	91,14672	4.557.336,18
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Fevereiro 2015	83000000		82,3366		41.155.388,23	93,45742	42.055.939,03
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Junho 2017	88000000		77,31229		6.833.937,80	91,91258	7.628.744,24
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2015	82000000		83,3122		6.833.481,75	82,74412	7.281.482,36
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2016	15000000		85,7093		6.831.600,40	90,41806	7.414.281,22
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Fevereiro 2017	9121731		81,11731		16.713.116,50	95,04987	17.493.878,79
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Agosto 2016	36700000		87,1878		78.600.710,00	91,56195	82.405.665,91
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Agosto 2016	80000000		85,7815		31.997.821,56	93,20145	34.204.932,74
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2016	13600000		93,4814		6.860.920,00	92,36684	7.389.347,32
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2016	228000000		96,25365		12.714.114,89	93,08424	12.656.736,49
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Outubro 2019	40000000		70		218.303.275,24	104,84956	237.788.793,09
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Outubro 2019	19000000		76,62684		2.400.000,00	80,42431	3.216.972,36
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Junho 2017	36550000		81,98649		14.941.082,48	77,82259	1.566.458,58
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Junho 2016	96,9562		86,9511		13.051.111,11	93,2479	13.051.111,11
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Junho 2017	18550000		97,36962		17.527.068,43	90,03119	18.006.298,27
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Junho 2017	28750000		84,98212		17.575.035,75	99,70846	17.997.556,72
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Junho 2017	60000000		73,2		24.435.235,39	93,02085	26.743.455,59
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Maio 2017	44450000		90,69771		4.382.000,00	80,38474	4.823.084,27
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Novembro 2015	75,61		75,61		40.315.132,81	91,17559	40.527.546,75
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2015	89000000		83,39		6.443.850,00	86,03687	7.313.133,80
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2017	14500000		90,39897		13.107.850,35	91,01216	8.100.082,56
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Outubro 2019	50000000		70,14816		3.760.000,00	75,45025	4.295.201,33
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Outubro 2019	50000000		89,33691		4.469.404,16	88,75982	44.399.909,35
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Janeiro 2019	49500000		92,929		4.582.853,55	99,84979	4.942.564,45
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Maio 2014 1º EM	40000000		93,65587		37.466.347,80	93,67382	37.469.526,70
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Maio 2014 2º EM	25000000		94,78127		23.686.317,53	100,10801	25.027.253,02
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Abril 2014	137200000		92,2035		126.503.203,83	94,46908	129.611.590,96
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Abril 2016 1º EM	90,15964		83,1641		59.416.136,25	89,57454	59.029.616,94
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Fevereiro 2018	96,17004		93,26827		9.268.827,95	100,08807	9.353.618,92
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Fevereiro 2019	62,01681		62,01681		9.765.04,94	75,75416	7.654.000,32
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Janeiro 2017	87500000		63,95659		5.426.471,16	71,12181	6.223.158,58
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Maio 2016 1º EM	101000000		92,7458		50.673.258,00	100,40424	101.408.262,40
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Maio 2016	90,61837		90,61837		35.431.782,22	94,10993	36.796.982,53
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Maio 2018	85,96787		85,96787		33.105.331,08	88,76753	34.175.499,77
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Março 2018	49500000		83,0343		40.535.909,50	88,9636	43.868.914,80
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Outubro 2017	12900000		95,15817		12.275.404,32	96,4311	12.887.611,90
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Outubro 2017	49500000		90,0867		44.337.450,50	90,0867	44.337.450,50
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2014	15300000		94,5351		13.116.161,61	90,04605	13.003.298,80
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2015	15000000		90,57255		16.303.321,56	91,37708	16.447.871,02
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2015	15900000		83,08378		13.210.321,36	90,15179	14.334.135,21
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2015	17500000		86,78436		1.553.376,30	94,84974	1.659.970,47
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2015	13000000		90,51348		1.203.829,30	94,20319	1.252.902,42
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2015	18000000		87,19299		1.413.585,00	94,22704	1.507.632,61
1.1.08	Comercial Portugues Fia - Setembro 2015	21000000		87,19299		18.310.509,00	93,59878	19.737.854,23

24 11 67



## INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2013

Empresa de Seguros: Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, SA

Nº de identificação:

Ident. do resp. pela informação: António Oliveira

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		DESIGNAÇÃO		Anexo		
CÓDIGO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço
PTAFKJ00005	2252,13244	196675000	90,06062	12,81082	25,151,59	7,905,11
PTAFKJ00006	1851,2462	130695000	100,2817	12,81082	23,715,96	24,557,89
PTAFKJ00007	4409,5498	704020000	98,32061	9,5206	41,981,55	54,698,26
PTAFKJ00008	8493,5232	9493,5232	100	4,12497	350,554,59	421,730,73
PTAFKJ00009	3519,415	11000000	97,74254	4,92599	17,350,36	27,428,91
PTAFKJ00010	100	181133000	97,74254	37072,1081	3,707,210,81	1,811,564,63
PTAFKJ00011	4456385	18245000	98,01695	4,99977	22,280,903,52	22,387,095,89
PTAFKJ00012	1548000	87000000	95,124194	4,6629	7,249,132,00	8,065,080,00
PTAFKJ00013	21755010,87	37500000	90,19011	3,9106	86,493,52	465,131,00
PTAFKJ00014	124700	37500000	97,8802		487,651,82	175,000,898,66
PTAFKJ00015	22610350,87	35850000	98,8173		186,206,136,24	180,594,436,26
PTAFKJ00016	22610350,87	42900000	99,33301		190,959,758,32	188,135,502,50
PTAFKJ00017		2372787000	90,506		13,575,900,00	130,362,299,66
PTAFKJ00018		15000000	100,46407		13,575,900,00	622,989,919,30
PTAFKJ00019		5950000	100,46407		2,631,500,00	1,925,172,72
PTAFKJ00020		2500000	105,26		2,631,500,00	58,231,145,72
PTAFKJ00021		36250000	97,22166		20,641,070,00	181,755,683,00
PTAFKJ00022		20500000	100,68815		32,550,968,30	121,975,516,92
PTAFKJ00023		32300000	96,53911		55,753,123,84	152,339,430,92
PTAFKJ00024		54350000	102,58164		96,216,64	73,151,993,67
PTAFKJ00025		49780,03	100		87,236,374,77	37,234,574,97
PTAFKJ00026		85195,44	99,99999		37,114,102,53	37,114,102,53
PTAFKJ00027		37100000	97,93528		36,632,325,00	96,707,8
PTAFKJ00028		1850000	100,0000		17,348,38	35,576,103,75
PTAFKJ00029		65250000	98,89734		35,183,399,63	35,576,103,75
PTAFKJ00030		13000000	101,44231		40,021,270,50	110,86942
PTAFKJ00031		42850000	102,08163		2,244,448,125,36	13,555,241,10
PTAFKJ00032		26750000	101,6529		13,575,900,00	13,555,241,10
PTAFKJ00033		46000000	101,41854		5,073,435,59	5,123,220,18
PTAFKJ00034		13827000	101,56944		37,187,284,26	39,949,897,59
PTAFKJ00035		21000000	101,56944		32,550,968,30	21,454,515,65
PTAFKJ00036		39770000	101,56944		55,753,123,85	34,489,347,59
PTAFKJ00037		39770000	101,56944		49,780,03	48,851,41
PTAFKJ00038		50000000	99,9501		85,397,22	85,397,22
PTAFKJ00039		12000000	100,9488		17,348,38	18,639,425,41
PTAFKJ00040		20000000	99,968		68,466,409,00	71,007,451,06
PTAFKJ00041		145450000	92,74314		13,187,500,00	13,812,888,79
PTAFKJ00042		33500000	96,19599		39,973,055,23	44,466,049,58
PTAFKJ00043		19100000	96,19599		27,192,150,00	48,666,436,42
PTAFKJ00044		11150000	99,3000		61,359,214,00	63,244,851,66
PTAFKJ00045		30000	100,025		14,042,762,49	13,302,376,83
PTAFKJ00046		5400000	101,46095		16,816,03,00	17,236,374,77
PTAFKJ00047		11700000	99,7669		148,413,108,77	150,243,333,24
PTAFKJ00048		6500000	94,92769		31,503,112,46	30,164,543,37
PTAFKJ00049		12500000	95,0016		48,995,046,20	50,466,986,45
PTAFKJ00050		20000000	95,0016		48,995,046,20	50,466,986,45
PTAFKJ00051		20000000	95,0016		12,113,856,00	12,145,638,67
PTAFKJ00052		20000000	95,0016		12,113,856,00	12,145,638,67
PTAFKJ00053		20000000	95,0016		19,900,000,00	19,847,507,62
PTAFKJ00054		20000000	95,0016		134,894,899,00	136,346,787,34
PTAFKJ00055		20000000	95,0016		32,225,686,00	34,785,368,03
PTAFKJ00056		20000000	95,0016		11,071,955,52	11,073,109,06
PTAFKJ00057		20000000	100,025		32,997,58,59	32,997,58,59
PTAFKJ00058		5400000	101,46095		5,478,891,20	5,592,891,80
PTAFKJ00059		6500000	94,92769		11,681,156,00	12,451,333,90
PTAFKJ00060		12500000	95,0016		6,170,300,00	5,282,122,69
PTAFKJ00061		20000000	95,0016		11,875,200,00	10,4,5813
PTAFKJ00062		20000000	95,0016		19,976,006,00	19,847,507,62
PTAFKJ00063		20000000	95,0016		32,225,686,00	34,785,368,03
PTAFKJ00064		20000000	95,0016		15,485,376,52	16,679,550,53
PTAFKJ00065		16100000	78,71918		12,673,788,69	15,450,256,67
PTAFKJ00066		49653000	99,76259		49,651,225,03	49,769,708,19
PTAFKJ00067		50000000	99,96223		48,992,614,42	50,125,381,53
PTAFKJ00068		11341980,7	100		50,000,000,00	50,234,755,57
PTAFKJ00069		1271411956	100		11,354,711,10	11,354,711,10
PTAFKJ00070		365228656			1,258,162,582,73	1,258,162,582,73
PTAFKJ00071		22610350,87			3,493,070,530,38	3,493,070,530,38
PTAFKJ00072					3,681,338,567,70	3,681,338,567,70
PTAFKJ00073						
PTAFKJ00074						
PTAFKJ00075						
PTAFKJ00076						
PTAFKJ00077						
PTAFKJ00078						
PTAFKJ00079						
PTAFKJ00080						
PTAFKJ00081						
PTAFKJ00082						
PTAFKJ00083						
PTAFKJ00084						
PTAFKJ00085						
PTAFKJ00086						
PTAFKJ00087						
PTAFKJ00088						
PTAFKJ00089						
PTAFKJ00090						
PTAFKJ00091						
PTAFKJ00092						
PTAFKJ00093						
PTAFKJ00094						
PTAFKJ00095						
PTAFKJ00096						
PTAFKJ00097						
PTAFKJ00098						
PTAFKJ00099						
PTAFKJ00100						
PTAFKJ00101						
PTAFKJ00102						
PTAFKJ00103						
PTAFKJ00104						
PTAFKJ00105						
PTAFKJ00106						
PTAFKJ00107						
PTAFKJ00108						
PTAFKJ00109						
PTAFKJ00110						
PTAFKJ00111						
PTAFKJ00112						
PTAFKJ00113						
PTAFKJ00114						
PTAFKJ00115						
PTAFKJ00116						
PTAFKJ00117						
PTAFKJ00118						
PTAFKJ00119						
PTAFKJ00120						
PTAFKJ00121						
PTAFKJ00122						
PTAFKJ00123						
PTAFKJ00124						
PTAFKJ00125						
PTAFKJ00126						
PTAFKJ00127						
PTAFKJ00128						
PTAFKJ00129						
PTAFKJ00130						
PTAFKJ00131						
PTAFKJ00132						
PTAFKJ00133						
PTAFKJ00134						
PTAFKJ00135						
PTAFKJ00136						
PTAFKJ00137						
PTAFKJ00138						
PTAFKJ00139						
PTAFKJ00140						
PTAFKJ00141						
PTAFKJ00142						
PTAFKJ00143						
PTAFKJ00144						
PTAFKJ00145						
PTAFKJ00146						
PTAFKJ00147						
PTAFKJ00148						
PTAFKJ00149						
PTAFKJ00150						
PTAFKJ00151						
PTAFKJ00152						
PTAFKJ00153						
PTAFKJ00154						
PTAFKJ00155						
PTAFKJ00156						
PTAFKJ00157						
PTAFKJ00158						
PTAFKJ00159						
PTAFKJ00160						
PTAFKJ00161						
PTAFKJ00162						
PTAFKJ00163						
PTAFKJ00164						
PTAFKJ00165						
PTAFKJ00166						
PTAFKJ00167						
PTAFKJ00168						











Ano: 2013

Empresa de Seguros: Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, SA

Nº de identificação:

Ident. do resp. pela informação: António Oliveira

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
	DESIGNAÇÃO							unitário	Total
FR001025555	Orange 3,625% 14/10/15	2.2.2.3	18553916,24	10000000	107,105		107,105	107,105	10,581.985,73
X50296765701	PEARL 25 BZ 05/04/17	2.2.2.3		1000000	98,25		98,25	98,25	91.816,33
X50173733216	Polo III - CP Fin 4,7% 29/07/15	2.2.2.3		1000000	100,25		100,25	100,25	1.016.998,90
X50306800848	Portugal Tel Fin 4,125% 28/08/14	2.2.2.3		11500000	100,50555		11,558	11,558	1.051.085,41
X50215828913	Portugal Tel Fin 4,375% 24/03/17	2.2.2.3		28668000	97,42424		27,345	27,345	2.071.971,11
X505687605457	Portugal Tel Fin 5,625% 09/02/16	2.2.2.3		18700000	98,67757		18,657	18,657	20.878.918,82
X50462594343	Portugal Tel Fin 5,100/19	2.2.2.3		10500000	96,67757		10,361	10,361	10.077.586,31
X50943939918	Portugal Tel Fin 5,875% 17/04/18	2.2.2.3		13500000	103,44741		13,965	13,965	15.309.234,95
FR0010612622	RTE EDF Transport 4,875% 06/05/15	2.2.2.3		9450000	107,04249		10,115	10,115	10.276.319,55
X50112842428	RWE Finance BV 5,002/15	2.2.2.3		16725000	105,46324		17,407	17,407	10.276.319,55
X50196302425	RWE Finance BV 5,002/15	2.2.2.3		16725000	105,46324		17,407	17,407	10.276.319,55
X50503744872	Rabobank Nederland 3,375% 23/07/14	2.2.2.3		5500000	104,06395		5,745	5,745	18.258.854,59
X50426509465	Rabobank Nederland 3,375% 21/04/17	2.2.2.3		5500000	99,5559		5,475	5,475	16.525.582,32
X50426509466	Rabobank Nederland 4,375% 05/05/16	2.2.2.3		5500000	99,5559		5,475	5,475	16.525.582,32
X50214446188	Rabobank Nederland 5,875% 20/05/19	2.2.2.3		5500000	99,5559		5,475	5,475	16.525.582,32
X50214446189	Rabobank Nederland 5,875% 20/05/19	2.2.2.3		5500000	99,5559		5,475	5,475	16.525.582,32
X50296774399	Ren Finance BV 4,75% 17/10/13	2.2.2.3		4000000	118,96		4,758	4,758	6.014.394,05
X50202679934	Rapsol Int'l Fin 6,625% 09/10/2014	2.2.2.3		4000000	102,23		3,994	3,994	9.319.988,07
X50193521599	Rapsol Int'l Fin 6,625% 09/10/2014	2.2.2.3		4000000	99,86		3,968	3,968	9.319.988,07
X50237530497	Royal Bk Scotland Var 4,243% 29/12/49	2.2.2.3		3370000	103,43178		3,487	3,487	9.319.988,07
X5016874017	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874018	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874019	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874020	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874021	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874022	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874023	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874024	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874025	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874026	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874027	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874028	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874029	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874030	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874031	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874032	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874033	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874034	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874035	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874036	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874037	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874038	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874039	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874040	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874041	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874042	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874043	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874044	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874045	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874046	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874047	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874048	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874049	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874050	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874051	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874052	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874053	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874054	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874055	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874056	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874057	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874058	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874059	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874060	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874061	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874062	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874063	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874064	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874065	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874066	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874067	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874068	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874069	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874070	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874071	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874072	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874073	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874074	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874075	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874076	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874077	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874078	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874079	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874080	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874081	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,01
X5016874082	SAEPA 1 A2 20/06/30	2.2.2.3		6000000	102,20681		6,134	6,134	4.745.663,

